



(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Eu queria fazer a comunicação de que já se encontrava na Casa o nosso convidado, Senador Osmar Dias, mas o pessoal da Comissão é muito apressado e não nos deixa fazer as honras da Casa. É uma coisa impressionante!

Mas seja bem-vindo, Senador. É uma alegria muito grande receber V. Exª aqui na Comissão de Agricultura, para que a gente possa debater um dos temas mais reclamados ultimamente pelo Senado Federal.

A presente reunião destina-se, em cumprimento aos Requerimentos nºs 24, 32 e 33, de 2013, de autoria dos Senadores Acir Gurgacz, Sérgio Souza e Jayme Campos, respectivamente, a debater e avaliar as linhas de créditos disponíveis para agricultura, principais proposições e alterações para o Plano Safra 2013/2014, analisar as possíveis mudanças no enquadramento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), bem como discutir a simplificação da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), com a presença do Dr. Osmar Dias, Vice-Presidente de Agronegócio e Micro e Pequenas Empresas do Banco do Brasil.

Antes de iniciarmos nosso trabalho, há, sobre a mesa, requerimento de autoria do Senador Jayme Campos, que passo a ler em seguida.

ITEM 1

REQUERIMENTO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 35, DE 2013

Requeiro, nos termos regimentais, a retirada do convite ao Sr. Walter Malieni Junior, Vice-Presidente de Controles Internos e Gestão de Riscos do Banco do Brasil, para participação dos debates da Audiência Pública para "avaliação das linhas de créditos disponíveis para a agricultura, principais proposições e alterações para o Plano Safra 2013/2014, e entraves existentes para a concessão e aplicação, bem como as possíveis mudanças no enquadramento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e simplificação da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)", que trata o Requerimento nº 24 de 2013.

Autoria: Senador Jayme Campos

Em votação o requerimento.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.



Retirado da pauta.

Mas, Srs. Senadores e Senadoras, antes de conceder a palavra ao nosso convidado, gostaria de trazer algumas informações a respeito da aquicultura e da agricultura, uma ação conjunta.

Srs. Senadores, tenho a satisfação de informar que estamos apresentando projeto de lei destinado a incentivar a aquaponia, que é o uso integrado e sustentável dos recursos hídricos, tanto para a aquicultura como para a agricultura.

Nos Estados Unidos, na Austrália e em alguns países asiáticos já se pratica essa modalidade de produção há mais de 30 anos. Nesses países, a aquaponia é um sistema complementar à hidroponia, um método de produção de peixes integrado ao de vegetais, com benefício para as duas atividades. O uso da ração e dejetos de metabolismo dos peixes são aproveitados para fontes de nutrientes para agricultura em um sistema fechado de água reciclável.

A primeira vantagem desse sistema é a racionalidade do uso da água, gerando economia, reduzindo os custos do produtor. No sistema convencional, calcula-se que são necessários cerca de 16 mil litros de água para produzir 1kg de peixe; na aquaponia são apenas 200 litros para 1kg de peixe. Essa economia se observa igualmente no cultivo de hortaliças. Tomando como exemplo o cultivo tradicional de alface, os registros são de 50 toneladas por hectare; na aquaponia produzimos 300 toneladas no mesmo espaço.

O tempo de colheita também diminui. Na aquaponia, a colheita é feita a cada 30 dias, ao passo que, no cultivo tradicional, a colheita de alface se faz em 45 dias. Além disso, os dejetos dos peixes servirão como nutrientes para as plantas, contribuindo para se produzir alimentos com menor impacto no meio ambiente.

De acordo com o projeto que estamos submetendo ao Senado e, principalmente, a esta Comissão, os proprietários rurais que desenvolverem aquaponia gozarão dos seguintes benefícios: 1) passarão a ter prioridade na concessão e renovação da outorga de direito de uso de recursos hídricos, a que se refere à Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; 2) receberão incentivos fiscais, na forma da lei; 3) terão a condição de fornecedor preferencial da produção aquícola e agrícola ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do Governo Federal, de que trata o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003; 4) finalmente, poderão ter acesso a crédito rural com juros mais baixos, na forma do regulamento.

Acredito que, com a aprovação desse projeto, o Senado Federal promoverá o incentivo de uma atividade inovadora, ao mesmo tempo em que proporcionaremos mais uma grande contribuição à produção de modo sustentável em nosso País.

Já se encontra aqui conosco o Dr. Osmar Dias, que, aceitando o convite desta Comissão, comparece aqui para prestar os esclarecimentos e



debater aqui com os Srs. Senadores exatamente que hoje nos chama mais a atenção, que é a concessão de créditos para atender aos pequenos e com especialidade à agricultura familiar.

É uma alegria muito grande tê-lo aqui, principalmente porque V. Ex^a conhece melhor do que ninguém esta Casa. Nessas circunstâncias, concedo a V. Ex^a a palavra.

Inicialmente, V. Ex^a terá 20 minutos, prorrogáveis.

Com a palavra, o nosso convidado, Osmar Dias, para fazer a sua explanação.

O SR. OSMAR DIAS – Ex^{mo} Senador Benedito de Lira, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, caros amigos Senadores Acir Gurgacz e Blairo Maggi, estava olhando no painel de fotografias e percebi que, quando eu Senador, eu era mais novo.

Quando você sair daqui Blairo, você vai deixar uma foto e vai olhá-la depois.

Aceitei o convite formulado pelo Senado Acir com muito prazer. É uma honra voltar a esta Casa.

É preciso fazer uma sugestão aqui, Senador Benedito: a Comissão de Agricultura deveria começar às 6h30 da manhã, e os Senadores, eu tenho certeza, estariam aqui presentes.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Senador Osmar, aqui temos dois grupos: temos tiradores de leite e aqueles que buscam a vaca, os caras que vêm mais cedo um pouco.

O SR. OSMAR DIAS – Eu sei que o assunto que me trouxe aqui é falar de crédito. Esse é o principal papel do Banco do Brasil, que é um banco público, e que tem exercer, na verdade, dois papéis: a concessão de crédito, mas também a realização de políticas públicas determinadas pelo Governo, que é o seu controlador. É sempre bom lembrar que temos 60% de ações do Governo e 40% de ações de minoritários.

E quem determina alguns programas que nós estamos executando é o próprio Governo, que, no caso da agricultura, equaliza os juros para que nós possamos oferecer taxas negativas em muitos casos.

Mas antes eu queria fazer uma introdução, dizendo aquilo que tenho falado para os produtores que nos procuram, e são produtores desde agricultores familiares até os grandes produtores.

Nós, acompanhados da nossa equipe, estamos realizando reuniões no País, ouvindo produtores. E a pergunta que mais se faz é a seguinte: “Estamos diante de uma crise econômica mundial, e esta crise econômica mundial tem afetado mercados. Neste momento é interessante investir na agricultura brasileira? É interessante chegar ao Banco do Brasil, por exemplo, e tomar um crédito para fazer investimento?”.



Acho que a gente tem de responder isso olhando para um cenário que indica o seguinte: além do crescimento da população, além do crescimento da renda nos países emergentes, há a urbanização que está ocorrendo nos países mais populosos do mundo. Nós cruzamos a linha em que a população rural era maior que a urbana já em 1965. Hoje, só 16% estão vivendo no campo. A China deve cruzar essa linha em 2015. Cada país, evidentemente, tem o seu gráfico, mas a gente precisa considerar que, a rigor, existe uma urbanização da sociedade e existe também uma ascensão de classes.

No Brasil, considerando os dados de 2005 para mostrar como isso está ocorrendo de forma acelerada, se a gente somar – tenho aqui os dados, para não errar – as classes A e B, elas somavam 15%; somando-se com a classe C, que é a classe média, dão 49%. Então, havia 51% nas classes D e E. Hoje, nós temos apenas 23% nas classes D e E, ou seja, 77% estão nas classes A, B e C.

Essa ascensão social, além de um consumo maior de alimentos, está levando a mudanças de hábitos alimentares constatados inclusive por órgãos internacionais. A FAO, por exemplo, diz o seguinte: hoje na dieta alimentar há 20% de proteína de carne; e que a gente terá, em 2030, aproximadamente 30%, ou seja, haverá um aumento de 50% no consumo de carne.

E o Brasil, portanto, coloca-se como protagonista nesse cenário em que temos o aumento do consumo de carne, aumento de consumo de alimentos e também aumento de consumo de alimentos que serão fornecidos para a ração desses animais para produção de carne. Com isso, a resposta é: vale a pena investir, porque nós temos um cenário promissor pela frente no que se refere às demandas. Se antes a gente tinha os preços determinados pela oferta, hoje os preços são mais determinados pelo consumo, pela demanda.

E há também um grande protagonista nisso: a China, que hoje praticamente inverteu aquela tradição que havia até o ano 2000, quando 70% do rebanho suíno, que é muito grande, consumia restos de comida. Hoje 70% do rebanho suíno da China têm de consumir ração. Assim, a China demandará muita ração e, portanto, muito milho, muita soja e outros produtos.

Com vistas a este cenário, o Bando do Brasil tem, através de políticas públicas, colocado à disposição dos produtores o crédito. E foi através do crédito que gente conseguiu essa alavancagem da produtividade e da produção em nosso País. Comparando com 1990, pegando lá atrás, o Brasil produzia 57 milhões de toneladas, chegou a 184 milhões e poderá chegar a 190 milhões no ano que vem. Isso significa um aumento de 220% de produção.

Senador Blairo, é bastante didático falar o que vou dizer aqui. Quando da discussão do Código Florestal, muita gente dizia: “Os produtores estão devastando o meio ambiente para produzir”. Não é verdade. Se não tivéssemos investido na produtividade, não teríamos preservado cerca de 80 milhões de hectares. Se houvesse a produtividade de 1990, precisaríamos plantar – tudo bem, Senador Jayme? – em 136 milhões de hectares. É só fazer a conta: se são



jogados 220% em cima da produção que havia lá, da área que havia lá, vamos chegar a essa área.

O que isso representa? Isso representa que o produtor rural tomou cuidado, mas havia o crédito. Então, qual é a importância do crédito? A importância do crédito é a de dar ao produtor a oportunidade de investir na sua propriedade, de modernizá-la e de preservar o meio ambiente, porque, sem o crédito, ele não consegue colocar tecnologia. E, sem tecnologia, para produzir a mesma coisa, ele vai ter de aumentar a área. E, evidentemente, vêm a necessidade de desmatamento e outras necessidades. Então, o crédito é importante nesse sentido também.

Por isso, para abrir a discussão e para responder às perguntas depois, eu gostaria de colocar aquilo que foi anunciado no Plano Safra. E acho que a responsabilidade maior é do Banco do Brasil, que tem hoje uma carteira de crédito de cerca de R\$110 bilhões. No primeiro trimestre de 2013, fechamos com R\$110 bilhões. Nesses R\$110 bilhões, existe uma característica...

Senador Acir, um dia, eu estava voltando para casa, e, no avião, um Senador me disse assim: "O Banco do Brasil expandiu muito o crédito, não é? Mas também só atende a grande produtor". Eu falei: "Ô, Senador, estude!" Eu estava indo para casa, e o Senador falou isso. Mas aí eu disse: "Estude, porque o Banco do Brasil atende a 1,25 milhão de agricultores familiares, e os outros 250 mil que atendemos são, na maioria, médios produtores".

E atendemos a um pedido do Governo, da Presidente Dilma. Quando cheguei, ela me disse: "Olha, precisamos atender melhor o Pronamp". Desse programa faz parte o médio produtor. Para se ter uma ideia, fizemos uma expansão no primeiro ano de 50%, e, neste ano, a expansão do crédito para o Pronamp chegou a 62%. Isso significa que nós estamos atendendo o Pronaf prioritariamente, em que já há uma carteira de R\$25 bilhões; o Pronamp, com uma carteira de R\$12,5 bilhões; e os demais produtores, completando essa carteira de R\$110 bilhões, o que significa exatamente em torno de 63% de todo o crédito rural que está hoje liberado para os produtores brasileiros. São 63% do crédito! Quando a gente fala em Pronamp, em médio produtor, trata-se de 81%. Quando a gente fala em Pronaf, trata-se de cerca de 75%.

Pois bem, nós não fazemos esse crédito para custeio sem o cuidado de colocar também à disposição dos produtores os chamados mitigadores. Nós, então, pedimos, e a Presidente atendeu neste ano, a ampliação da subvenção do seguro de R\$400 milhões para R\$70 milhões. Isso vai também nos dar a possibilidade de atuar focados mais nas zonas de risco. Onde houver mais risco, a gente vai entrar com 60% da subvenção; onde há menos, haverá 40% da subvenção. Evidentemente, onde há mais risco, deve haver um prêmio maior, para que a seguradora ofereça o seu serviço, e nós vamos subvencionar com 60%.



Também é importante dizer que, além do custeio – Senador Moka, é um prazer –, em que a gente tem uma participação bastante importante no crédito rural brasileiro, nós temos as linhas de investimento. Aí é bom considerar que o Banco do Brasil tem, hoje, 91% do Programa ABC. São 91%! As pessoas falam: “Ah, mas o ABC, às vezes, demora para liberar”. No Banco do Brasil, não demora, não! Demora o suficiente para a gente analisar tecnicamente, porque a gente está falando de integração lavoura, pecuária e floresta, que é uma tecnologia que exige, evidentemente, até uma mudança de gestão da propriedade. Mas o Banco tem acelerado os procedimentos e, se nós temos 91%, é porque está demorando em outro lugar, não é no Banco do Brasil.

Isso também é um fator muito positivo na atuação de um banco público. Estamos falando aqui do Programa Agricultura de Baixo Carbono, financiando os produtores para aquilo que eu considero um novo paradigma da agricultura brasileira, uma tecnologia que vai pegar, porque ela traz aumento de produtividade, aumento de renda, aumento de eficiência do produtor.

Mas vejam, se nós fôssemos calcular quanto custaria para financiar uma safra do Brasil, Senador Acir, teríamos um cálculo de aproximadamente de R\$240 a R\$250 bilhões, para financiar tudo, se fôssemos financiar toda safra brasileira. E o Governo anunciou R\$136 bilhões para a agricultura empresarial mais 21 bilhões para a agricultura familiar, então, dão R\$157 bilhões no total. Além disso...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. OSMAR DIAS – Em torno de R\$240 milhões aproximadamente.

Bom, a pergunta é de onde vem a outra parte. A outra parte vem de recursos próprios dos produtores, vem de *tradings* que financiam também a agricultura, de cooperativas que têm troca de produtos, etc., mas nunca houve tanto recurso disponível para a agricultura brasileira.

Eu participei da elaboração e da divulgação de três Planos Safra como Vice-Presidente do Banco. Eu tenho a ousadia de dizer que este é disparado o melhor Plano Safra que já foi anunciado. Não estamos falando só de dinheiro, nós estamos falando de R\$136 bilhões para agricultura empresarial que representam, em relação a 10 anos atrás – vamos pegar um cenário de 10 anos – sete vezes mais, Senador Blairo, sete vezes mais do que há dez anos. Estou falando de Safra 2002/2003 e Safra 2013, de R\$136 contra 20 bilhões. Vejam a diferença!

Além disso, para a agricultura familiar – vou pegar o dado aqui para não falar número errado – eram R\$2,8 bilhões; hoje, R\$21 bilhões. Vejam a diferença de dez anos para cá, o quanto se identificou na agricultura a necessidade de mais crédito. Para quê? Para levar mais tecnologia para aumentar a produtividade, aumentar eficiência produtiva e prioridades.



A gente identificou também – e quem vive nos Estados do Mato Grosso, como Jayme Campos, como o Blairo, Mato Grosso do Sul, sabe – que temos um déficit de armazenagem que hoje chega a 60 milhões de toneladas. Não vou cometer aqui o equívoco que alguns cometem dizendo assim: “Ah, mas lá nos Estados Unidos há 85% de propriedade com armazém, aqui há 15%.” Ora, vamos pegar o extrato fundiário dos Estados Unidos e comparar com Brasil. Não dá para colocar armazém em toda propriedade, por exemplo, do sudoeste do Paraná, do Rio Grande do Sul, onde as propriedades são familiares e, evidentemente, só vão comportar armazéns comunitários, armazéns com associações de produtores. Um produtor não vai viabilizar na sua propriedade um armazém.

Nós lançamos um programa de armazém e eu insisti muito que Presidente Dilma fizesse isso. Ela, nesse programa de trazer a logística, modernizar para acompanhar... Porque, vejam bem, quando falei lá atrás que produzíamos 57 milhões de toneladas, crescemos 220% na produção, e a armazenagem cresceu nesse período 90% e já havia déficit lá. Cresceu 90% em cima do déficit, entenderam? Então, temos problema de rodovia, ferrovia, porto e tudo isso faz com que o produtor de milho de Sorriso, no Mato Grosso, tenha que vender o milho dele a R\$11,00, enquanto que o produtor do Rio Grande do Sul, que está lá perto do porto, vende o milho a R\$28,00 ou R\$30,00. Essas contradições só vão, evidentemente, ser resolvidas com muito investimento.

De nossa parte – e eu estou coordenando isso no Banco – vamos implementar esse programa de armazenagem com 15 anos de prazo para pagar, 3,5% de juros, o que representa a melhor linha de crédito que até hoje foi colocada à disposição dos produtores. Então, fala-se: “Há crise.” Há crise, mas há dinheiro barato para investir, nunca houve tanto dinheiro barato para investir.

Bom, irrigação. Ajustamos o prazo para 12 anos, os juros são de 3,5%. Nós precisamos de um programa de irrigação. Eu, evidentemente, não tenho autoridade, porque estou na Vice-Presidência do banco e a minha autonomia não chega a tanto, mas, se eu estivesse, escolheria como um programa de Governo, um programa para todos os Estados e não para os perímetros irrigados apenas, como foi lançado. Podem perguntar: “Está fazendo uma crítica?” Estou, estou fazendo uma crítica! O programa de irrigação não deveria ter sido escolhido apenas para os perímetros irrigados.

Lançamos um programa de irrigação? Lançamos, mas, evidentemente, ele é muito tímido em relação à necessidade. Temos mudanças climáticas, temos migração de produção para as novas zonas produtoras. Sabemos que o Estado de Mato Grosso pode produzir daqui a alguns anos o que o Brasil inteiro produz hoje. Isso tenho dito sempre e é verdade. O Centro-Oeste já produz mais do que o Sul; o Centro-Oeste produziu 40% de grãos contra 38% do Sul nessa safra que passou.

E olhamos e vemos, acima do paralelo 16, uma fatalidade, porque temos 56 milhões de toneladas que saem para cima da região do paralelo 16,



dessas zonas de que estou falando, para serem escoados, exportados, pelos portos do Sul. Aí, pergunta-se assim: por que, no Brasil, uma tonelada, para ser colocada no porto, custa US\$84 contra US\$28 da Argentina e US\$23 dos Estados Unidos? É por causa disso, dessas distâncias. A distância média no Brasil é de mil quilômetros; a distância média na Argentina é de 300 quilômetros para chegar ao porto. Então, essa diferença nos tira um poder de competição imenso.

A armazenagem vai resolver uma parte do problema; a outra são os 10 mil quilômetros de ferrovia, os 7 mil quilômetros de rodovias, os investimentos em portos. Está previsto investir 4% do PIB em infraestrutura nos próximos anos; 4% do PIB, vamos levar evidentemente um tempo, mas tem que começar, porque, vamos combinar, nunca houve investimento sério na infraestrutura do País. Agora, há o PAC, e as pessoas criticam e falam assim: “Mas está muito devagar”; está devagar, mas estava parado; e, para começar, é assim mesmo. Bate-se com relação ao meio ambiente; para fazer uma obra, você tem que rezar, tem que pedir pelo amor de Deus. Então, essas coisas travam até o investimento em infraestrutura.

Acho, em relação a essa questão do armazém, que vamos construir três modelos de armazéns. Quanto aos públicos, o Banco do Brasil vai licitar os armazéns da Conab para reformar e para construir novos armazéns estratégicos que sejam para abastecimento alimentar, regulação de mercado. Vamos reformar 90 armazéns da Conab que estão praticamente sem uso. Quando falam que há uma capacidade tal, não há a capacidade; não há balança, não há secador, não há nada, não há uma correia. Às vezes, fica parado três anos porque não há uma correia!

É preciso também ser sincero: vamos fazer a PPPs desses armazéns, para que sejam delegados esses armazéns a gestor privado para esse armazém funcionar, para poder comprar correia, para poder pôr a balança. Senão não funciona, não adianta ter o armazém.

E o programa de irrigação seria, para mim, o principal programa. Teremos R\$500 milhões para atender os produtores e espero que os produtores tomem tudo, para termos autoridade para chegar e falar: “Está vendo? Preciso de um programa de armazém!”.

Teremos um bilhão para um programa novo, que é o Inovagro, que é colocar tecnologia principalmente na agricultura familiar. Fica uma dúvida sempre: o que é modernização e o que é inovação? O Modeagro já existe. Esse programa de inovação também tem uma taxa muito baixa e um prazo muito longo – 3,5% para 15 anos. Mas o que é inovação? É agricultura de precisão, cultivo protegido, essas coisas que inovam na propriedade de um produtor, o que para a agricultura brasileira é importante.

Falei do volume de recursos. Creio que devo destacar os aumentos dos tetos para todos os produtores. No caso dos agricultores, o teto passou de R\$ 1 milhão para R\$1,6 milhão; no caso dos agricultores familiares, passou de R\$130



para R\$150 mil para custeio. Mas nós fizemos aqui uma alteração importante, visto que, para se construir um aviário, por exemplo, você não o faz com R\$130 mil, que era o teto do produtor familiar. Então, nós mudamos para R\$300 mil. Com R\$300 mil dá – não é, Senador Moka? – para se construir um aviário.

As taxas de juros para agricultura familiar também foram reduzidas. A gente vai atuar entre 0,5% e 3,5%, ou seja, juros negativos mesmo.

Fizemos ainda um programa novo, que a Presidenta lançaria na semana passada, mas que, em função da situação política e social que nós estamos vivendo, com todos esses movimentos, teve o seu lançamento adiado. É dirigido ao semiárido, onde, evidentemente, Senador Benedito de Lira, nós definimos o seguinte: modelos de produção para o semiárido. Assim, um modelo para quem tem 5, 10, 20 hectares, isto é, o que dá para produzir nessa área, gerando renda para aquela família sobreviver. E, então, nós vamos financiar, vamos levar o seguro e vamos, sobretudo, apoiar com assistência técnica.

E o grande anúncio que foi feito – espero que ele se materialize até o ano que vem, tendo em vista a burocracia que nós teremos de enfrentar – é o da criação de uma agência nacional de assistência técnica. É muito difícil um produtor familiar tomar o crédito e aplicá-lo bem sem assistência técnica, bem assim o grande, mas este até pode pagar. Ao pequeno o Governo tem que ajudar. Assim, nós vamos criar essa agência nacional de assistência técnica.

O Banco do Brasil vai ter uma participação efetiva nisso, tanto na elaboração da proposta que nós fizemos como na execução dela, como nós tivemos na proposta de armazenagem e vamos ter na execução, porque vamos coordenar as licitações dos armazéns públicos e nós vamos financiar.

Num primeiro momento, a Presidenta Dilma disse que queria R\$5 bilhões por ano, os R\$5 bilhões do Banco do Brasil. Parece que, agora, vai haver uma alteração: será metade pelo Banco do Brasil e metade pelo BNDES. Claro que não vou fazer nenhuma crítica ao BNDES, mas, vindo pelo Banco do Brasil, a gente garante que é bem rápida a liberação. E eu acredito que, ainda até nós começarmos a funcionar com o novo Plano Safra, haverá uma disponibilidade de recursos suficientes para atender à demanda, que será muito grande. Digo isso porque estive reunido com cooperativas, e elas disseram que vão tomar esse recurso para construir armazéns.

Além disso, vocês aprovaram aqui uma medida provisória... Aliás, eu queria citar duas medidas provisórias aprovadas aqui. Uma delas abre o direito de concessões de áreas nos portos. Então, as cooperativas estão prontas para construir armazéns e terminais nos portos. Eu estive em duas, neste final de semana, e as duas vão construir terminais no porto de Paranaguá, que precisa, evidentemente, ser modernizado.

Quanto à outra medida provisória, eu até devo dizer ao Senador Acir que, quando eu pedi a ele para apresentar um projeto de lei para que o prazo de vencimento do penhor agrícola fosse igual ao prazo do financiamento de



investimento, a minha intenção era fazer com que ele fosse autor da lei que produziria um ganho enorme. Hoje, a gente perde muito tempo e dinheiro nos cartórios para fazer o registro.

O que eu queria com isso era não ter que renovar o penhor no meio do investimento. V. Exª entende, Senador Jayme? Nós teríamos de ter um prazo igual. Se eu tenho um financiamento de 15 anos, o meu penhor seria de 15 anos. Então, o Fred, que é o nosso executivo lá, elaborou uma minuta de projeto de lei para o Senador Acir. Porém, acabou que veio por uma medida provisória. Então, o Senador Acir me disse: “Bom; um projeto de lei, aqui no Senado, demora tempo para ser aprovado; uma medida provisória é bem mais rápido”. É verdade! Eu acho que, como Vice-Presidente do banco, eu consegui aprovar mais rápido uma lei do que como Senador, quando estive aqui.

Existe um projeto de lei, de minha autoria, sobre cooperativismo que está tramitando aqui desde 1999, e não foi aprovada ainda.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Desculpe interrompê-lo, mas foi muito bom esse movimento. E nós vamos continuar pedindo ao povo que fique nas ruas, porque, no momento em que o povo fica nas ruas, as coisas acontecem aqui.

O SR. OSMAR DIAS – Eu vou fazer um cartaz do meu projeto de lei. O Senador Suplicy, que está aí, é autor do outro projeto.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Ontem mesmo, Presidente, foi aprovado um projeto de lei aqui com duas horas de debates; um projeto que dormia aqui há dois anos: a transformação do crime de corrupção em crime hediondo.

Há um elenco de projetos anunciado pelo Presidente do Senado que, acredito, nesses trinta dias serão todos aprovados. Assim, é bom que o movimento continue nas ruas para ver se esta Casa trabalha realmente.

O SR. OSMAR DIAS – Eu queria até dizer que eu sou autor esse projeto do crime hediondo, lá atrás. Só que ele foi derrubado na Comissão de Justiça naquele tempo. Fiquei feliz que o Senado tenha mudado e aprovado, agora, o mesmo projeto, com a mesma proposta.

Eu queria encerrar, para permitir, evidentemente, a participação de todos, senão eu fico falando aqui e ninguém participa e vocês não me convidam mais para vir aqui, não é? E como eu gosto de vir aqui...

Mas eu queria, só para encerrar, dizer o seguinte: quando a gente fala em irrigação, em armazenagem, em ABC, a gente está falando em agricultura moderna, a gente está falando na nova agricultura brasileira. A gente não pode pensar que aquele tempo em que a gente tinha um paiol para guardar o milho em espiga ou ensacado vai persistir. Não. A gente tem que partir para uma agricultura moderna, se quiser convencer o mundo de que nós temos capacidade para atender aquela demanda que a FAO nos colocou.



A FAO coloca assim: até 2025, o mundo tem que produzir 40% a mais de alimentos; o Brasil vai ter que produzir 40% desse aumento. Até 2050, o mundo tem que dobrar a produção, e o Brasil vai ter que produzir 40% desse aumento. Para isso, a gente tem que modernizar. A gente tem que ter um marco regulatório, leis que permitam produzir com certa liberdade. A gente não pode ficar amarrando o pé do produtor a toda hora.

O Código Florestal foi um avanço. A gente tem problemas na aplicação do Código Florestal até para dar crédito, mas, na hora em que o Código entrar em vigor, vai ficar melhor do que antes, porque havia 600 leis e o produtor acabava não cumprindo uma. Agora, tem uma para ele cumprir. Acredito que melhorou muito, e o Congresso fez um grande trabalho.

É preciso a gente dizer para as ruas que muita coisa boa acontece dentro deste Congresso, que há muita gente séria e que trabalha bastante. Eu estive aqui por 16 anos e sei que a gente precisa respeitar o Congresso, porque a instituição Congresso Nacional tem que ser maior do que determinadas atitudes ou ações de alguns membros que participam do Congresso. Não mereciam estar aqui, mas participam; mas a grande maioria trabalha com muito afinco e aprova as leis que determinam essa possibilidade de a gente avançar. E nós vamos avançar na agricultura, fazendo investimento. O Banco do Brasil está à disposição, e eu estou à disposição para responder às perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Agradecemos ao Senador Osmar Dias pelas suas manifestações.

Antes de iniciar os debates, eu gostaria de fazer uma comunicação, e com especialidade, ao Senador Acir, que foi o protagonista do requerimento com relação à BR-319, que, agora, a gente vai ter que cobrar do Ministério dos Transportes. Segundo informações do Gabinete Civil da Presidência da República, ao receber o pleito, encaminhou ao Ministério dos Transportes para as providências necessárias e inadiáveis. Então, eu queria comunicar isso à Comissão.

Iniciando os nossos debates, eu concedo a palavra, como primeiro subscritor do requerimento, ao Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Quero saudar o nosso Presidente Benedito de Lira, que faz um excelente trabalho à frente desta Comissão.

Realmente, essa correspondência é importante para nós, Senador. Debateremos aqui, amplamente, numa audiência pública, a questão da BR-319. Votamos, mandamos uma comunicação à Presidente Dilma e ela já, prontamente, em uma semana, enviou-nos a resposta, dizendo que está atenta. Determinou ao Ministério do Trabalho que caminhe rápido com essa ação, que é importante demais para a Amazônia, em especial para o nosso Estado de Rondônia.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Para que a realização da obra tenha a mesma velocidade do encaminhamento do ofício.



O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Sem dúvida, isso é importante.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT. *Fora do microfone.*) – Manda para o Fraxe que ele resolve.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – O General Fraxe está pronto para resolver.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Mas já deve ter chegado lá. Passa pelo Ministro e o Ministro já encaminha para ele.

Mas eu quero agradecer a presença do Senador Osmar Dias, aqui conosco, que prontamente atendeu o nosso pedido, não só para esta audiência pública, mas também para outras audiências públicas que fizemos em outros lugares, principalmente lá, em Rondônia, onde o senhor esteve conosco.

É fato que o aumento de investimento do Governo na agricultura tem sido muito grande, e o resultado desses investimentos está, exatamente, no resultado da produção brasileira.

O Brasil tem aumentado a sua produtividade ano a ano, e essa produtividade está ligada diretamente aos investimentos, aos empréstimos, principalmente ligados ao Banco do Brasil. O Banco do Brasil tem feito realmente um trabalho importante e tem surtido esse feito, não é, Senador Osmar? A produção agrícola tem aumentado exatamente em função desses investimentos que são feitos. Ao passo que aumentam os investimentos na tecnologia, na assistência técnica, esse aumento de produtividade vai bater recorde ano a ano, proporcional ao investimento que faz o Governo brasileiro na agricultura familiar principalmente.

O Pronaf é de uma importância enorme, muito grande. Na última ida desta Comissão a Ji-Paraná, o senhor nos sugeriu, ao nosso Governo Confúcio Moura, que assumíssemos a conta, os juros do Pronaf, que uma parte o governo paga, a outra parte, o agricultor paga essa conta. A sua sugestão foi aceita. O Governador mandou para a Assembleia, que autorizou, e hoje, em Rondônia, para o Pronaf, até R\$50 mil individual e R\$400 mil para as cooperativas e associações o juro é zero. Portanto, isso ajuda muito a agricultura familiar. Foi também uma sugestão do Senador Osmar Dias numa audiência pública realizada lá em Ji-Paraná. Por isso colocamos a importância dessas audiências públicas, desses debates para ouvir as pessoas que têm experiência maior com relação ao tema a ser debatido.

Houve uma audiência pública em Jaru, Senador Osmar, em que o próprio Banco do Brasil informou que está havendo uma redução de empréstimos do Banco do Brasil para os agricultores do Estado de Rondônia em função da falta de documentação das áreas. A população agrícola está sem documento. Nós não conseguimos avançar com a regularização fundiária. Houve um avanço mais ou



menos como as questões de infraestrutura no Brasil; estava paralisado e começou.

A regularização fundiária na Amazônia também estava paralisada. Agora temos o Programa Terra Legal. Está muito lento, mas pelo menos começou. Já estão trabalhando, e há um envolvimento grande do Incra, do MDA com o Governo do Estado de Rondônia para trazer essa regularização fundiária.

Temos a questão do posseiro. O posseiro pode receber o financiamento do Banco do Brasil ou não pode? Há essa discussão, Senador Osmar Dias, de que o Banco do Brasil pode, através de um documento ou do Incra ou do Estado, ou um acompanhamento do próprio banco. Ou seja, eu gostaria que o senhor nos explicasse de que forma o posseiro pode ter acesso aos programas do Governo, principalmente ao Pronaf, que para ele é de fundamental importância.

Rondônia passa neste momento por uma transição, em que os agricultores não desmatam mais, não têm mais a renda pelo desmatamento, Osmar, e isso é positivo. Ele precisa aumentar a sua produção agrícola. Ele está nessa fase de levar tecnologia, de precisar de assistência técnica, precisar desses financiamentos, mas o que está impedindo é exatamente a falta dessa regularização fundiária, desses documentos.

Esse é o meu questionamento.

Quero também comemorar essa questão do penhor que a nossa Presidenta Dilma colocou em uma medida provisória. O senhor pediu-me que aqui colocássemos, e nós colocamos, mas também fez lá um trabalho junto com a Presidenta, que atendeu V. S^a por meio de uma medida provisória, atendendo rapidamente os agricultores brasileiros, que realmente terão ganho real, uma diminuição de custo para os agricultores que fazem o seu penhor, os seus financiamentos.

No mais, quero agradecer mais uma vez a sua presença conosco e cumprimentá-lo pelo brilhante trabalho que faz no Banco do Brasil à frente dessa carteira agrícola. Para nós, no Brasil, no meu entendimento, é a mais importante que temos no País porque é o investimento da agricultura. Tanto é verdade que o saldo da balança comercial brasileira é através do agronegócio. Se não fosse o agronegócio, se não fosse a agricultura brasileira, nós não teríamos um saldo positivo da balança comercial, e o Brasil estaria numa situação muito difícil. Então, meus cumprimentos pelo trabalho, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra o Senador Osmar Dias para suas considerações a respeito das manifestações de S. Ex^a.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, apenas uma sugestão.



Por que não fazemos um bloco de pelo menos dois ou três? Acho que sempre é mais objetivo e acaba até facilitando as respostas, salvo melhor juízo. Mas não quero também... Se achar que...

O SR. OSMAR DIAS – Eu faço só uma sugestão. Como ele foi autor do requerimento, eu poderia respondê-lo e, depois, fazemos os blocos. Pode ser, Senador Blairo?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT. *Fora do microfone.*) – Coisa do PDT!

O SR. OSMAR DIAS – Coisa de agricultor.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Isso é corporativismo partidário, Sr. Presidente.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Em sua homenagem, nós vamos aceitar.

O SR. OSMAR DIAS – Está bom, Senador.

É o seguinte: o Senador Acir foi Presidente desta Comissão, e eu fui um dos autores da criação desta Comissão, junto com o Senador Pedro Simon. Confesso que, depois de um ano de sua criação, eu estava meio desanimado, porque não reunia gente, não havia nem quórum nas reuniões, e o Senador Acir, como Presidente, dinamizou a Comissão, fez valer a Comissão. Hoje, o Senador Benedito de Lira está dando continuidade a um trabalho muito importante que S. Ex^a desenvolveu. Eu até fui, por duas vezes, a audiências públicas que ele realizou no Estado de Rondônia.

Em relação ao assunto que ele está tocando dos posseiros e do penhor agrícola... Em relação ao penhor agrícola, V. Ex^a pode se sentir realmente o autor da lei, porque, realmente, V. Ex^a apresentou a proposta e eles cortaram por meio de medida provisória. A gente às vezes é atropelado pelas medidas provisórias, mas essa é importante. Vamos ter muita economia para o produtor.

Em relação aos posseiros – e pedi para falar agora porque esse assunto já fica resolvido –, a gente vinha atendendo normalmente até que houve uma auditoria do Banco Central no Banco do Brasil, em que o Banco Central disse: “Vocês não podem fornecer crédito para quem não tem o título de propriedade, a não ser crédito de até R\$10 mil e microcrédito produtivo e orientado”. Isso aconteceu, e nós mudamos, portanto a regra.

O Presidente do sindicato, o Edson, mandou um ofício para V. Ex^a, que o encaminhou para mim, dizendo que era uma norma interna do Banco do Brasil. Mas não foi, não; foi uma norma do Banco Central que passamos a obedecer.

Mas há uma notícia que pode se tornar boa a partir do dia 1º. O Conselho Monetário Nacional baixou uma resolução dizendo que fica a critério do agente financeiro conceder ou não crédito para esses produtores. Mas o que esse produtor precisa levar para a agência bancária para ele ter o crédito? A DAP. E quem é que define quais documentos são necessários para a DAP? O Ministério



do Desenvolvimento Agrário; não é o Banco do Brasil. Então, com a DAP na mão, ele terá o financiamento assegurado. Aí, a gente volta, portanto, à situação anterior.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – É o MDA que produz a DAP?

O SR. OSMAR DIAS – O MDA diz que, para ter a DAP, é preciso cumprir tais e tais requisitos, e nós temos de obedecer. Entendeu? Com isso se resolve.

Acredito que até o dia 1º, segunda-feira, quando vamos começar a operar o novo Plano Safra, já tenhamos essa solução. Hoje é quinta-feira. Na segunda-feira, vou fazer o anúncio, lá no Banco, o anúncio do Plano Safra do Banco do Brasil e espero anunciar essa medida.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Ótimo! É uma medida importante, Senador Osmar, principalmente para o nosso Estado de Rondônia, cuja maioria da população não tem o documento da terra. Embora estejam lá como posseiros e vivam com suas famílias há dezenas de anos, não conseguem mais ter acesso aos recursos, o que pode paralisar a produção agrícola em boa parte do Estado. Essa medida realmente resolve. Nós vamos retomar a produção no nosso Estado.

O SR. OSMAR DIAS – Obrigado, Senador Acir pelo convite que fez. Senador Blairo, obrigado pela deferência.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Senador Jayme Campos.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS. *Fora do microfone.*) – O Jayme teve de sair e pediu desculpas.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra o Senador Ruben Figueiró.

O Senador Blairo está inscrito.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Eu cheguei primeiro e me inscrevi por último, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Já encontrei a inscrição.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Vou ter que ficar mais esperto.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Eu coloquei o nome de V. Exª...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Na Comissão que eu presido, quem chega primeiro fala primeiro. A ordem de inscrição é a chegada.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Mas aqui foi feita pela Comissão, que realmente não obedeceu a essa ordem. V. Exª me desculpe e tem a palavra.



O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Presidente Benedito de Lira. Quero cumprimentar o nosso querido e eterno Senador Osmar Dias, quase duas vezes nosso governador do Paraná. Com certeza ainda chegará a governar aquele Estado, não tenho dúvida nenhuma disso. O povo do Paraná está com vontade.

Também dou as boas-vindas ao Vice-Presidente do Banco do Brasil. Depois da sua chegada lá, Osmar, coincidência ou não, nós começamos a ter no Banco do Brasil e na política agrícola brasileira algumas mudanças substanciais. V. Ex^a colocou aqui, claro, que melhoramos nos últimos dez anos e chegamos aos níveis de hoje, mas gostaria de dizer que grande parte do aumento de produtividade, principalmente da produtividade que tivemos no País nos últimos anos – e que não foi pouco! –, a segunda safra que estamos fazendo e que nem chamamos mais de safrinha, porque são safras grandes que fazem parte da balança comercial brasileira, da segurança alimentar do brasileiro, essa segunda safra, toda ela se deve a pesquisa, sim, mas muito mais à atitude de Governo de baixar os juros para a agricultura, de criar programas de modernização de frota para que os agricultores pudessem substituir as sucatas, as máquinas velhas, as plantadeiras ineficientes que nós tínhamos por equipamentos modernos, eficientes e eficazes.

Esses equipamentos deram aos agricultores a possibilidade de reduzir as janelas de plantio, de colheita e de replantio. Então, quero saudar V. Ex^a por ter levado ou reforçado dentro do Banco do Brasil – e isso reforça dentro do Ministério da Agricultura e do Governo – o conceito de que, se colocarmos recursos na agricultura ela responde e muito rapidamente. E isso não é só na agricultura que eu faço, mas também na agricultura familiar. Quando há recursos suficientes e baratos, todos passam a produzir, porque os riscos são muito menores, Senador Moka.

Lembro-me muito bem e acho, aliás, o Osmar Dias se lembra também de quantas vezes os agricultores vieram bater na porta do Senado Federal, junto com o falecido Jonas Pinheiro, nosso querido Senador Jonas, para renegociar e perdoar dívidas, para tirar a corda do pescoço. O Moka, Deputado Federal, participou n vezes desses processos. E não é que os agricultores não quisessem pagar as suas contas, mas simplesmente não podiam pagar com os juros de 20 a 30% ao ano. E em cima de uma produção que é alimento da vida e cujo preço não pode ficar flutuando como muitas vezes flutua. O agricultor não é formador de preço; ele recebe o preço do mercado, e os mercados, às vezes, não ajudam.

A posição de juros baratos e de crédito farto é a combinação que temos hoje. Se não temos hoje uma inflação galopante que já tenha fugido ao controle, é porque a agricultura, os agricultores, os pecuaristas conseguem se manter no campo através de juros mais baratos e de prazos mais longos, como estão sendo oferecidos.



Osmar, gostaria de deixar uma sugestão e fazer uma pergunta. O programa de armazenamento que o Governo está fazendo é perfeito: 15 anos, 3,5% ao ano, com carência de três anos. Na minha vida de agricultor, vou dizer para você e para todos os colegas, nunca vi nada igual. Nunca vi nada igual. Nunca acessei um recurso tão barato como este, com prazos longos para fazer armazenagem.

Isso quer dizer que qualquer produtor médio brasileiro poderá fazer, na sua fazenda, no seu sítio de produção, algo que possa defender o seu produto e possa assegurar ao País que teremos produtos ao longo do ano para serem exportados, tirando a pressão que temos hoje sobre os caminhões, sobre os portos. Todos nós precisamos, imediatamente após a colheita, já retirar a soja produzida, ou o milho, porque vem a soja ou porque vem o milho. Nós fizemos duas safras hoje e não temos armazenagem para guardar nenhuma.

Então, o caos que a gente vê nas rodovias, o caos que a gente vê nos portos é consequência da produção, e nós estamos pagando por ser eficientes, estamos pagando por produzir muito.

Mas, entre vários, um dos problemas é a questão dos licenciamentos para construção dos armazéns. Esse é um problema muito sério, porque os órgãos de meio ambiente estaduais não têm um roteiro; eles não têm nada definido sobre como é o licenciamento de um armazém. Para cada armazém que se quer fazer, é necessário começar do zero, como se nada houvesse sido feito até então.

Gostaria de sugerir ao Osmar Dias, então, para conversar com a Ministra Izabella, ou com o próprio Ibama, para que tivéssemos um rito de aprovação de projetos repetitivos, não só na questão dos armazéns, mas na questão de aviários, na questão de pocilgas – coisas que são repetitivas, que todo mundo conhece o efeito que provocam no meio ambiente; se é ruim, se é bom, se é muito ruim, se o impacto é médio. Todo mundo sabe.

A única coisa com que nós temos de tomar cuidado é para não deixar construir onde é proibido – em APPs, em zonas de amortecimento. Tudo isso tem de ser observado.

Então, precisamos de um procedimento que diga qual é o roteiro: acessar a Internet, comprometer-se com todos esses pontos, dizer a posição geográfica do seu armazém, assinar, mandar para o órgão de meio ambiente; assim, estará liberado para começar a construir o seu armazém. Se, amanhã ou depois, Senador Moka, o fiscal for à sua propriedade, e você não construiu dentro dos moldes com que você se comprometeu e que o órgão de meio ambiente indicou e se não está no lugar em que você disse que estaria, aí, sim, você paga com as penas da lei, que devem ser duras e rápidas na sua execução.

Tentei fazer isso, Osmar, como governador do Estado de Mato Grosso, e confesso que não consegui. Não consegui porque a lei nacional é



maior, e não pode isso e não pode aquilo. Talvez, daqui para cima a gente consiga.

Esse assunto vai ajudar a destravar e fazer com que os agricultores possam ter acesso a esses recursos, e rapidamente.

Eu sei. Lá em Estado do Mato Grosso, por exemplo, eu tenho armazém para construir agora. Não estou nesse programa; estou em outro programa, mas estou há 60 dias esperando um fiscal ir à minha propriedade para saber se ele me libera para construir onde eu quero. E não estou em APP, não estou em lugar algum. Quer dizer, é uma perda de tempo! Um país que precisa crescer, um país que precisa se desenvolver! Todo mundo sabe as nossas condições, e essas coisas acabam atrapalhando muito.

Então, queria, talvez, deixar como sugestão, para que V. Ex^a tratasse esse assunto, e que, dentro do licenciamento houvesse, então, um rito. Olha, é assim: quem obedecer está autorizado, previamente autorizado; depois, o fiscal vai lá e faz as suas considerações.

Todo mundo sabe, como já disse, qual é o efeito de um armazém sobre o meio ambiente. Se joga poeira, se não joga, se tem vizinho, se não tem vizinho. Se não tem, você não precisa pôr filtro; se tem vizinho, tem de pôr o filtro, e assim por diante. Todo mundo sabe o que tem de fazer.

A outra pergunta que eu gostaria de fazer é sobre o FCO. Não é bem a sua área, sei disso, mas V. S^a está sempre no banco, e sei que as pessoas de dinamismo não ficam restritas à sua cartilha, ao seu manual, e percebem tudo o que acontece ao redor. Sei que o Osmar é uma dessas pessoas que conhecem, escutam e veem tudo o que está ao redor e, mesmo que não lhe diga respeito, sabe.

Hoje, nós temos grande dificuldade com o FCO, não de acessar os recursos, mas de recursos. Estão faltando recursos nas agências. Há projetos contratados que estão prontos, ou muitos que já começaram a fazer os empreendimentos. Chegou a um ponto em que o Banco do Brasil não está conseguindo repassar esses recursos do FCO.

Fomos, Senador Figueiró, Senador Moka, Senador Jayme, o pessoal de Goiás, a Lúcia Vânia, todos fomos, há poucos dias, ao Ministro da Integração Nacional. Ele disse: "Não, isso não é possível, isso não está acontecendo, isso não pode acontecer". Mas, na realidade, é o que está acontecendo. Não temos recursos no Banco do Brasil hoje para fazer frente às demandas que a carteira do FCO tem.

Então, eu gostaria de entender um pouco, se V. S^a pudesse me dizer e dizer a todos nós, o que está acontecendo nessa área.

No mais, cumprimento-o, Osmar Dias, pelo trabalho, pelo dinamismo. Sinto-me muito recompensado e muito feliz de vê-lo aqui, alguém do seu quilate, alguém da sua sabedoria, do seu conhecimento de agricultura, que não é pouco e que vem do tempo de agricultor e estudante, do tempo de



Secretário de Agricultura do Paraná, depois como Senador, que conhece profundamente esse setor e que está desenvolvendo o papel de um grande Vice-Presidente no Banco do Brasil e ajudando a agricultura brasileira a andar e desenvolver-se. Parabéns e muito obrigado pela sua presença.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado ao Senador Blairo.

Vou conceder a palavra agora ao Senador Figueiró, depois ao Senador Moka.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Posso me inscrever, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com muito prazer, Senador.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Depois que se manifestar o Senador Figueiró, V. Exª responderá. Depois, teremos mais dois blocos.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Sr. Presidente, meus colegas membros desta Comissão, Sr. Osmar Dias, digno Vice-Presidente do Banco do Brasil, permita-me inicialmente corroborar com as palavras do Senador Blairo Maggi acerca do seu dinamismo, do seu interesse pelas questões da nossa agropecuária.

Quero dizer a V. Exª – talvez V. Exª não se lembre – que fui Secretário da Agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul na época em que V. Exª o era no Estado do Paraná. Tivemos duas oportunidades de encontro. Mas quero ressaltar um fato muito importante: Mato Grosso do Sul deve muito ao trabalho de V. Exª e do ex-governador Alvaro Dias. Foi graças a um projeto pioneiro do Paraná, projeto das microbacias, que tivemos oportunidade – à época era Secretário de Estado o saudoso Flávio Derzi – de copiar e adaptar o projeto de microbacias ao Estado de Mato Grosso do Sul.

Fui Secretário por pouco tempo, aproximadamente 11 meses, mas, nesse período, tive oportunidade de implementar, com apoio do Banco do Desenvolvimento Econômico e Social, aquele trabalho que tinha sido iniciado pelo então Secretário Flávio Derzi. E foi de grande utilidade a Mato Grosso do Sul. Só no meu período, foram recuperados quase cem mil hectares de áreas degradadas no Estado. Isso tudo se deve, sem dúvida nenhuma, a uma ideia que partiu do Estado do Paraná por iniciativa de V. Exª e do ex-governador Alvaro Dias.

Quero que fique registrado aqui, Sr. Presidente, esse testemunho e essa gratidão que Mato Grosso do Sul tem por V. Sª e pelo seu irmão, Senador Alvaro Dias.

Senador Osmar Dias, tenho aqui algumas perguntas a fazer-lhe, que vêm a pedido da Famasul, Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de



Mato Grosso do Sul, às quais gostaria que V. Ex^a desse uma resposta porque é um anseio da classe. Brevemente direi quais são.

No Plano Agrícola e Pecuário 2013/2014, a Presidente Dilma divulgou a criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão rural, Anater, com o objetivo que os produtores rurais aumentem a produtividade e a renda por meio de acesso à assistência técnica e extensão rural em todas as etapas da atividade. Eu gostaria de saber como o Banco do Brasil irá trabalhar para que o valor pago pelo produtor rural ou profissional que elabora o projeto de financiamento seja revertido em assistência técnica efetiva e não apenas sirva como remuneração a um despachante. É a primeira pergunta.

A segunda, Sr. Senador: no momento da tomada de crédito de custeio da safra, existe a incidência do seguro penhor, que protege a produção do momento da colheita até a armazenagem. O fato é que o risco de sinistro é quase inexistente, e esse seguro acaba sendo apenas um aumento de custo. Qual a possibilidade de extinção desse seguro? Ou se ele poderia ser optativo? É a segunda pergunta.

A terceira: o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural foi uma evolução fundamental para que tivéssemos um seguro mais atrativo ao produtor rural. Porém, esse recurso é oferecido às seguradoras habilitadas, que, por sua vez, oferecem o desconto ao produtor interessado. Esse prêmio não deveria ser oferecido ao produtor e ele, em posse dessa subvenção, escolher qual seguradora lhe oferece um seguro mais atrativo?

Sr. Senador, há outra pergunta que seria dirigida ao Sr. Gilson Bittencourt, Secretário-Executivo Adjunto da Casa Civil, que não compareceu. Mas V. S^a, com muita precisão e oportunidade, já fez os esclarecimentos devidos, que é a questão da capacidade estática da armazenagem de grãos, através de projetos que serão financiados pelo Banco do Brasil.

São essas as perguntas que tenho a fazer, em nome da Federação da Agricultura do meu Estado, prestando-lhe as homenagens que V. S^a merece.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra, Osmar Dias, para resposta aos Senadores que formularam as perguntas.

O SR. OSMAR DIAS – Obrigado, Presidente. Primeiramente, eu gostaria de me referir ao Senador Blairo Maggi e dizer que o Paraná tem muito orgulho da história escrita por V. Ex^a, uma história de vida que nos orgulha muito. A gente até diz que o Paraná tem vários Senadores, aqui na sala a gente tem mais dois Senadores, porque o Acir também é de Cascavel, o Senador Acir, e claro que foi para Rondônia e representa o Estado de Rondônia com muita dedicação.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Mas a mulher dele é de Gaspar, Santa Catarina, a primeira dama.



O SR. OSMAR DIAS – Está certo. O Blairo começou a história em São Miguel do Iguaçu. Eu fui ao aniversário do pai do Blairo Maggi, se não me engano, aniversário de 90 anos, ou eram cem anos já?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Era do meu avô, cem anos.

O SR. OSMAR DIAS – Então, podem tratar bem o Blairo, porque a genética vai fazer que ele dure muito tempo.

E a minha admiração, Senador Blairo, pela sua carreira, como produtor rural, o maior produtor de soja do mundo – para chegar lá, as pessoas podem até pensar que é fácil, mas foi com muito caminhão atolado em barro e muita dificuldade. Conheço bem a sua história, portanto, a minha admiração – e, como governador do Estado, enfrentando questões que, às vezes, o colocaram na mídia de forma negativa.

Mas hoje V. Ex^a me dá uma sugestão exatamente dentro dessa área, que, às vezes, é um complicador. Digo que valeu muito eu estar aqui hoje só por essa sugestão que V. Ex^a me deu, e por outras razões, mas esta aqui vai nos ajudar muito. Se a gente conseguir convencer a Ministra do Meio Ambiente que a gente pode fazer licenciamento com essa simplificação, via Internet, com um roteiro que terá que ser preenchido, evidentemente cumprindo as regras – é o que V. Ex^a está propondo, mas está propondo uma simplificação.

Esses dias estive no Rio Grande do Sul, onde o Governo do Estado, para fazer o projeto de irrigação, também está propondo uma simplificação na licença ambiental. Veja, para fazer irrigação, você tem uma dificuldade imensa. Então, talvez até por isso, o programa de irrigação não se tenha ampliado mais. E, na armazenagem, a minha preocupação é a mesma que V. Ex^a tem: a gente tem o recurso, o produtor quer fazer... V. Ex^a disse uma coisa de que eu tenho o cálculo aqui, e um produtor médio pode, sim, fazer um armazém só com a diferença de preço de ter a soja disponível e não disponível, porque ele está colocando no armazém de terceiro. Essa diferença de preço praticamente paga a parcela.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Osmar, obviamente você sabe, mas só para quem está nos ouvindo e nos vendo, a diferença do preço do frete na época da safra para depois da safra é muito grande.

O SR. OSMAR DIAS – Também é isso.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – E é isso que o produtor, com seu armazém, vai capturar a favor dele para pagar a prestação do armazém.

O SR. OSMAR DIAS – É. Isso, mais a diferença de preço de soja disponível praticamente pagam a parcela. Então, é um investimento muito seguro para o médio produtor também. Eu tenho, inclusive, planilhas que demonstram isso. O banco fez um estudo bastante detalhado, por Estado inclusive, levando em conta o preço de praça, e a gente chegou à conclusão de que não é assim. Não é necessário ter 1.500 hectares, 1.000 hectares, nada disso; acima de 200 ou 300



hectares... Evidentemente, o porte do armazém vai ser compatível com a propriedade.

Essa questão, então, eu vou levar como sugestão, Senador Blairo Maggi.

E a outra, do FCO, eu já aproveito para responder ao Moka, que já está louco para me perguntar também. É o seguinte: todo o mundo sabe que o FCO é um fundo do Centro-Oeste – há o FNO e o FNE. O que origina esses recursos? Qual é a fonte de recursos? São os tributos estaduais. Quanto mais a economia estadual estiver dinâmica, mais recursos para o fundo vai haver.

Bom, mas também há outro lado, que é a tomada desses recursos, que foi muita intensa nesse período. Às vezes as pessoas dizem: “Ah, o Banco do Brasil não está dando conta!” Não, o Banco do Brasil deu tanta conta que acabou o dinheiro. Liberou, acabou o dinheiro. Então, é preciso mais dinheiro.

Eu fui até o Secretário do Tesouro, o Arno, a quem pedi que colocasse em caráter excepcional um recurso da poupança rural com um fator de ponderação, que a gente calcula qual é, e ele nos autorizou. Na semana que vem, a gente pode ter isto já efetivado: 1,5 bilhão a mais para a gente atender àqueles projetos que já foram contratados e que nós não temos recursos para atender.

Eu espero regularizar essa situação no meio rural e também no empresarial, pois são 50% para cada segmento – 50% para o meio rural, 50% para o empresarial. E acaba que o meio empresarial tem tomado muitos recursos. E são projetos grandes. Então, um projeto do setor empresarial leva 200 milhões, o outro leva 1 milhão, 2 milhões. Assim, a gente tem que atender muito mais gente no segmento rural.

Mas eu espero resolver o problema nos próximos dias com essa solicitação que fiz para o Secretário do Tesouro, Arno.

E V. Exª tem razão: está faltando mesmo.

Em relação ao Senador Figueiró, eu me lembrei da sua atuação na secretaria assim que S. Exª fez referência ao fato. Eu estava tentando aqui lembrar quando a gente trabalhou junto. Foi na Secretaria de Agricultura. Agradeço muito a referência que S. Exª fez ao Programa de Microbacias e penso até que a gente pode fazer uma comparação: aquilo que aconteceu no Paraná com o Programa de Microbacias pode acontecer com o Brasil, com o ABC, que é um programa que tem uma estrutura de tecnologias que vão dar ao produtor a oportunidade de produzir carne, grão e madeira, energia, na mesma propriedade, evidentemente com uma tecnologia que exige uma gestão diferente da propriedade, que é outra vantagem.

Em relação às suas questões, à assistência técnica efetiva, o Banco do Brasil tem hoje cerca de 23 mil credenciados para fazer assistência técnica. Quando o produtor assina o contrato, ele faz opção pela assistência técnica ou não, no caso do empresarial. Ele pode contratar assistência técnica. Se ele contratou assistência técnica, esse técnico tem que ir pelo menos três vezes até a



propriedade; tem que fazer três relatórios. E o banco acompanha isso. Se existir técnico ou empresas de assistência técnica que não estão com esse procedimento, eles têm de ser descredenciados. E eu serei um árduo defensor dessa regra de descredenciar técnico ou empresa que não cumpra o contrato de assistência técnica. Assistência técnica não é só fazer o projeto e entregar no banco; é ir lá acompanhar o plantio, é ir lá acompanhar o desenvolvimento da cultura, é ir lá acompanhar a colheita. Se isso não ocorreu, ele não cumpriu o contrato dele.

A Agência Nacional de Assistência Técnica, que está sendo criada, será a gestora dessa política. Ela vai fazer convênios com todas as entidades públicas e privadas e vai, inclusive, ter um mecanismo de fiscalização para que haja esse descredenciamento. Empresas que não cumprem o papel de dar assistência técnica não podem ser chamadas de assistência técnica nem receber para isso.

Com relação ao seguro dos armazéns, ao seguro de risco, é um investimento considerável que o produtor vai fazer. O seguro me parecer ser necessário. Vou levar a sua pergunta mais como sugestão para a gente analisar, lá com o pessoal do banco, se há a possibilidade de tornar optativo. Esse assunto é muito sério. A gente tem muito cuidado com ele porque, evidentemente, é um patrimônio que está ali, e a gente acha que tem de ser seguro. Mas é uma sugestão que vou levar para analisar.

A questão de escolher uma seguradora. O Banco do Brasil, por exemplo, tem participação com a seguradora BB/MAPFRE. Então, nós trabalhamos com a BB/MAPFRE. Eu não vejo problema algum se o produtor quiser, com recursos próprios ou com financiamento em outro banco... Ele pode escolher a seguradora que ela quiser, mas nós temos um contrato com a BB MAPFRE. Então, nós trabalhamos com ela. As condições que a BB/MAPFRE oferece outras seguradoras vão oferecer, porque ela, também, é subvencionada pelo Governo; o prêmio é subvencionado.

O prêmio direto para o produtor, para ele escolher a seguradora, parece-me, complicaria muito para o próprio Governo. Seria uma pulverização de recursos. Para a seguradora, a gente garante...Inclusive, há indução para que a seguradora vá fazer seguro em zonas de risco, colocando uma subvenção maior de 60%, como nós colocamos agora.

Foi uma ideia aqui. Nós discutimos o banco, levamos para o Governo, o Governo aceitou. Creio que isso vai dar, sim, uma característica diferente.

Lembro só um fato. No Rio Grande do Sul, havia um prenúncio de seca, e eu tinha chegado naqueles tempos ao Banco. Nós nos reunimos e falamos que lá tínhamos de fazer o máximo de seguro, pois o La Niña estava em ação.

O que fizemos? Noventa por cento do milho foi segurado. Se a gente considerar o que o seguro representou para os produtores do Rio Grande do Sul,



salvou R\$1 bilhão dos produtores do Rio Grande do Sul em função daquela estiagem e em função do seguro que nós fizemos.

Então, ele é importantíssimo, e precisamos modernizá-lo. Minha proposta é a de que um dia a gente possa ter seguro de renda para todos os produtores. Está evoluindo a conversa. Quem sabe um dia a gente possa, ainda, anunciar isso.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Gostei das suas respostas: precisas, concisas, prontas. Até diria, usando uma expressão lá do meu Estado, que V. Exª não rodeia toco. V. Exª é firme: sim, sim; não, não.

Muito grato por suas respostas.

O SR. OSMAR DIAS – Obrigado, Senador Figueiró.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Meu caro Presidente, Senador Benedito de Lira; Osmar Dias, nosso colega aqui.

Lembro-me de que vim aqui como Deputado Federal, logo no início do meu mandato. A referência para os Deputados eram V. Exª, Senador Osmar Dias, e o nosso saudoso Jonas Pinheiro. Hoje, Senador Osmar Dias, temos aqui o Senador Acir Gurgacz, o Senador Ivo Cassol, o Senador Casildo Maldaner, o Senador Blairo Maggi, a Senadora Kátia Abreu, o Senador Rubens Figueiró. Quer dizer, a bancada da agricultura aqui no Senado aumentou. Na verdade, eram apenas dois: o Jonas e o Osmar Dias.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Por que está fora? Eu falei V. Exª, Benedito de Lira. Não, de jeito nenhum.

Senador, é que Osmar Dias sabe que eu vou falar sobre o FCO. Nós, em especial a Senadora Lúcia Vânia, fizemos constar no relatório do Senador do nosso Estado, Delcídio, que os Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e o próprio Distrito Federal não temos, diferentemente dos outros Estados, nenhum outro tipo de fomento, que seria, exatamente, o FCO. O Mato Grosso ainda tem, porque faz parte da chamada Amazônia Legal

Esse recurso do FCO, por um longo tempo, tinha juros que eram impraticáveis. Inclusive houve época em que não se demandava o recurso do FCO. Lembrem-se disso.

Agora, ao contrário, os recursos saem e, após pouco tempo, não há mais o recurso. Esse é o argumento. Eu não tenho a mesma solidez de argumentação da Senadora Lúcia Vânia, que, aliás, sempre defendeu a criação de um fundo, um banco que pudesse funcionar como fundo de desenvolvimento do Centro-Oeste. Mas ela alega que o volume que o Banco do Brasil tem desses recursos, a carteira que se forma, se não estou enganado, da ordem de R\$19 bilhões, daria condições para que o banco alavancasse recursos e se colocasse à



disposição. Aí vocês dizem: “Não, já estive lá no Tesouro, e nós vamos colocar mais R\$1,5 bilhão.”

O que está acontecendo no meu Estado, por exemplo? Independente só da agricultura, Mato Grosso do Sul está passando por um momento que é a chamado de agroindustrialização. Quer dizer, o Estado está começando a industrializar-se e demandando recurso. E nós temos condições de demandar esses recursos.

Então, eu, realmente, gostaria, se fosse possível, na verdade, conversar com o ex-Senador Osmar Dias, hoje Vice-Presidente, para alegria nossa – e aí conhece a minha sinceridade e a minha lealdade. O Senador Blairo já falou, e eu quero reforçar aqui que nós nos sentimos muito representados. É diferente quando nós vamos conversar com um homem que conhece profundamente a agricultura, conhece as suas demandas, as suas necessidades, e a facilidade que nós encontramos para encaminhar esse tipo de demanda.

Então, eu queria aqui, Senador Presidente Benedito de Lira, que tivéssemos, não uma audiência pública, mas que esse grupo do Centro-Oeste pudesse marcar uma ida ao Banco do Brasil, com a Senadora Lúcia Vânia, para mostrar essa necessidade, uma vez que, lamentavelmente, houve um veto em relação a esse projeto nessa parte em que a gente tinha uma expectativa de melhorar. Essa é uma questão.

Outra questão é, realmente, o ABC (Agricultura de Baixo Carbono) e essa experiência dessa integração agricultura, pecuária e floresta. Isso é, sem dúvida alguma, o norte da chamada agricultura moderna. Eu acho que é por aí mesmo que nós vamos ter que ter.

Já se falou que o pessoal reclama, mas que não é tão difícil assim acessar. Realmente, no início era muito burocratizado. Hoje, isso melhorou, e eu queria conhecer alguns números: qual é a demanda? No Mato Grosso do Sul, por exemplo, nós temos qualquer coisa em torno de 9 a 10 milhões de hectares que são pastagens degradadas e que, com custo baixo, nós poderíamos recuperar. E, aí, é muito importante, porque você recupera a pastagem; você, na verdade, dá uma grande contribuição para a questão ambiental, porque é essa a forma mais inteligente de fazer. Isso porque, principalmente na agricultura, a planta, no primeiro momento, quando nova, absorve muito mais carbono, realmente. E nós podemos aproveitar, sem nenhum tipo de desmate, sem nenhum tipo de nenhuma outra área, aumentar, duplicar a nossa produção. Estou falando para o Mato Grosso do Sul, mas certamente esse raciocínio vale para o resto do País.

E, para finalizar, Senador Osmar Dias, dizer o seguinte: em relação à armazenagem, eu acho que, claro, o produtor como produtor rural, individualmente, e vai acessar... Acho que há uma parceria com a Sudeco, junto com o Banco do Brasil, a Sudeco também alocando recurso, para que a gente possa disponibilizar recursos para a construção de armazéns. Mas eu fico contente quando V. Sª diz que as cooperativas vão construir, porque, aí, é que nós



realmente podemos... Aumentar a capacidade dessas cooperativas de armazenar não só o produto dos seus cooperados, mas também de receber de outros produtores. Aí eu não tenho dúvida de que nós vamos baratear o custo, porque vamos poder armazenar, esperar a questão do preço; vai diminuir o custo do transporte, senão você tem de colher e, logo em seguida, transportar esse produto. E aí não existe caminhão suficiente, e é claro que aumenta a demanda disso daí, e o preço do transporte vai em cima.

E, ao encerrar, Sr. Presidente, faço aqui um depoimento de que, todas as vezes em que fui ao Banco do Brasil, com demandas específicas da agricultura familiar inclusive, várias delas, eu tive, no ex-Senador Osmar Dias, nosso amigo aqui, companheiro, um atendimento da melhor qualidade. O Banco do Brasil não podia ter feito uma escolha melhor para colocar na Vice-Presidência do agronegócio uma pessoa com conhecimento, conhecimento político e conhecimento específico nesse setor. Então, aqui, elogiar o desempenho, a determinação, a vontade que tem o Senador Osmar Dias de nos ajudar nos nossos encaminhamentos.

Muitíssimo obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – O destino, às vezes, traça planos e caminhos que a gente não espera. O Senado perdeu um grande representante do Estado do Paraná, mas o Banco do Brasil e a agricultura receberam um grande gestor.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, como inscrito, e, após isso, ao Senador Casildo Maldaner.

Com a palavra, V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Presidente Benedito de Lira, prezado Senador Osmar Dias, hoje Vice-Presidente do Banco do Brasil, cumprimento-o pela dedicação com que tem acompanhado e mostrado aqui resultados muito positivos no aumento da produção agrícola e pecuária brasileira e, graças, em grande parte, ao trabalho que desenvolve no Banco do Brasil.

Em certo momento da sua fala, explicou as limitações de maior possibilidade de irrigação com o uso de uma palavra que eu até perguntei ao Acir, e ele também não tinha compreendido bem, porque hoje V. Ex^a mencionou que há programas de irrigação, mas seria bom se fossem estendidos para além. A palavra que usou eu não consegui ouvi-la bem. Peço que...

O SR. OSMAR DIAS – Perímetro irrigado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Perdão?

O SR. OSMAR DIAS – Perímetros irrigados.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Perímetros irrigados.

Eu gostaria de compreender melhor o que significa e como estender mais oportunidades de irrigação que se fazem necessárias, sobretudo na região que sofre a seca, no Brasil. Também achei importante que o Banco do Brasil



esteja promovendo o financiamento de armazéns comunitários. Acredito que isso envolva as cooperativas. Acho que isso é algo muito importante.

Gostaria de aqui recordar que, tal como V. Ex^a apresentou o projeto de lei sobre as cooperativas, em 2009, também apresentei o PLS nº 605, de 1999, que guardava relação com a proposição de V. Ex^a, com apenas uma diferença importante. Depois de inúmeros debates, audiências havidas, em 15 de dezembro de 2010, final da última Legislatura, o parecer aprovado do Senador Renato Casagrande, hoje Governador do Espírito Santo, era no sentido de aprovar o projeto de V. Ex^a e rejeitar o meu, considerando, entretanto, na aprovação do substitutivo, o elemento principal, que era o que estava contido no meu projeto, relativo à liberdade de associação das cooperativas às entidades que bem o desejassem. Portanto, houve aí uma harmonia de objetivos.

Quando da nova Legislatura, a Senadora Ana Amélia solicitou que aqui houvesse, na CRA, uma audiência pública antes da apreciação e votação, que seria na CAE, ou, por último, terminativa, e, então, veio para cá. Até hoje, os últimos diálogos havidos, Senador Osmar Dias... O Senador Waldemir Moka foi designado Relator. Ele ouviu as diversas entidades, inclusive há cerca de três ou quatro semanas as entidades relacionadas, as entidades de economia solidária, e estamos aguardando o parecer que, acredito, possa ser de entendimento novamente, tal como aconteceu no parecer do Senador Renato Casagrande, em que possam ser harmonizadas as proposições de V. Ex^a com os elementos que eu havia colocado.

Então, de minha parte, Senador Benedito de Lira, se pudermos votar isso ainda, por um bom entendimento do Senador Waldemir Moka, como Relator, em harmonia com o Senador Osmar Dias e com o principal propósito que eu tinha, podemos votar na semana que vem. De minha parte, se pudermos, antes do recesso de julho, votar essa matéria, eu até, em atenção às observações do Senador Osmar Dias, acho que vai ser muito importante para o Senado e para a sociedades cooperativas brasileiras.

Eu também vou ter me ausentar para uma votação na CCJ, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Como último orador inscrito, concedo a palavra ao Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Presidente Benedito de Lira, caro Senador Osmar Dias, caros colegas, que há unanimidade nesta Casa em relação ao Osmar Dias, eu sei. Convivi um mandato com ele, já o conhecia antes, como Secretário de Agricultura no Paraná. Então, Santa Catarina tem relações profundas com o Paraná e conhece bem o trabalho do Senador Osmar Dias. O Banco do Brasil, naturalmente, cresceu mais com a ida do Osmar Dias para a vice-presidência, sem dúvida alguma.



Para ser breve – sei que os colegas debateram vários temas –, uma coisa que me encanta é a questão do ABC, a Agricultura do Baixo Carbono. Essas três letras representam alguma coisa consorciada, alguma coisa que estimula a gente – a agricultura, a pecuária e a madeira. Fazer consorciado isso, essa sustentabilidade, isso pega bem; isso cria uma questão que, economicamente, tem resultados. É ambientalmente sustentável e socialmente justo. Eu diria que esse triunvirato quase vira uma espécie de santíssima trindade, uma coisa só, uma coisa bonita, que estimula, e fomentada por quem é da área, como o Osmar Dias, isso...

Quando eu presidia o BRDE, um banco regional do sul, que compreende os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul – os três são detentores desse banco de fomento –, eu fazia muitos incentivos já nessa linha de fazer pequenos reflorestamentos onde não se pode mecanizar. E eu dizia que nesse ABC, então, agricultura, pecuária e a floresta. E nas florestas, embora pequenas, eu perguntava por que não fazer um corolário nas pequenas propriedades, nos minifúndios do oeste catarinense, principalmente. Fazer um pequeno corolário ali de matas, uma fila ou duas. Por que não cercar isso com matas melíferas? Aí, não entendiam, às vezes: “Melíferas para quê?”. Não, melíferas, porque, além de produzir flores, das flores vai surgir o mel, que vai dar um valor agregado a mais às pequenas propriedades, e vai embelezar até; vai deixar a entrada ao redor disso, dar um corolário...

Eu até brincava, às vezes, dando o exemplo de antigamente. Na bodega do meu pai, eu ajudava a minha mãe a vender morim, vender chita, e as saias que as mulheres usavam na época tinham uma pequena renda embaixo. Usavam uma renda. Então, fazer uma renda de floresta melífera. Hoje, não sei como é, se usam ou não usam isso. Uma vez, numa reunião, diziam que hoje nem usam mais a saia, mas, na época, era comum isso. Vendia-se a renda em metro. E por que não fazer uma mata com renda de árvores melíferas para ajudar na economia? As cooperativas, para incentivar isso. Eu acho que tudo isso pega bem. Acho que é extraordinário isso. Isso me motiva, deixa a gente...

E o Banco do Brasil fomentar esse programa do ABC, Agricultura de Baixo Carbono, sem dúvida alguma, é enaltecedor.

A outra questão que eu queria deixar aqui, eu sei que não é da competência do Vice-Presidente do Banco do Brasil, Dr. Osmar Dias, mas eu acho que o Senador ajudaria. Eu vi aí o Blairo Maggi, eu vi aqui o Moka reclamarem que está faltando recurso no Fundo Constitucional. Falta recurso, a demanda é grande. Nós temos enfrentado, Senador Osmar Dias, várias crises. Eu lembro aí, há dois ou três anos que se encheu o Petrônio Portela em função de uma crise da suinocultura brasileira. A oferta era demais, baixou, e os pequenos produtores estavam indo, quebrando, sentindo dificuldades. Não é só na suinocultura; eu diria que a avicultura tem problemas, as maçãs também têm. Nós vivemos isso. A agricultura tem passado por momentos.



E o que é que eu tenho fomentado? O que é que eu tenho dito?

Que a Associação Nacional dos Produtores de Suínos, essa organização, a começar dos seus Estados, tem que ter um controle de produção. O controle de produção eu acho fundamental. E, aí, articular isso com as autoridades, com o Ministério da Agricultura e os bancos oficiais. E eu acho que o Banco do Brasil é o líder. O que nós temos que fazer? Para financiar aumento de produções de criadeiras, dessas granjas... Mais 500 criadeiras, para alguém que vai produzir, mais isso, mais isso.

O que ocorre? Quando está na alta, está bem – abriu agora, em Santa Catarina, a carne suína para o Japão, inclusive. Nessa semana, o nosso Governador e o pessoal estão no Japão até, reativando a colocação da carne suína. Quer dizer, daqui a pouco, sobe. Aí, aventureiros, muitas vezes, correm ao Banco do Brasil, ou a outras instituições oficiais, pegam o dinheiro mais barato e lançam grandes programas, grandes granjas. E, dali a dois ou três anos, a oferta aumenta, vem a crise. Os grandes, é claro – como esses aventureiros não têm isso como profissão principal e estão ali para aproveitar o momento –, deixam de ganhar, mas param; ficam devendo ao Banco do Brasil, vão levando. Mas os pequenos quebram. Os que estão ali e só fazem isso não aguentam.

Então, eu diria que o grande amigo e Senador Osmar Dias, como Vice-Presidente do Banco do Brasil, poderia ajudar a articular esse controle de produção no Ministério da Agricultura. O pessoal ouve o amigo. O setor o ouve. Para poder financiar programas nessa linha, vamos ouvir. Tem que haver uma espécie de comissão articulada, uma espécie de agência.

Vamos aumentar. Primeiro, vamos oferecer aos que estão ligados ao ramo, às cooperativas, aos produtores. Olha, a demanda está... Acho que vale a pena a gente ofertar mais: “Vamos aumentar a produção de carne suína”. Mas primeiro os que estão no ramo, os que estão ali.

Quer aumentar para 50 ou 100 criadeiras? Ah, está disponível? O banco vai financiar. É possível obter recursos oficiais para aumentar essa oferta? É necessário? Quer dizer, se não quiserem, então, deixem para quem... Aí tudo bem. Aí vamos buscar fora. Ou, então, os aventureiros podem fazer por conta própria. Mas não buscar recursos oficiais com subsídios.

Eu digo isso em relação à suinocultura, mas pode valer para a avicultura, pode valer para as maçãs, que recentemente passaram por uma crise, também, extraordinária. Os pequenos produtores não aguentam, e aí fica a sobra, não dá. Quer dizer, há esse controle de produção e de oferta.

E ter uma espécie de agência, como existem, por exemplo, agências para todos os órgãos. Até para a concessão de um canal de televisão, uma rádio, um posto de gasolina, é preciso passar por uma agência para ver se cabe ou não cabe, para não haver crises de oferta, não ter onde colocar, não ter mais quem queira. Aí os pequenos criam problemas, como temos passado ciclicamente.



Eu acho que aí o grande Senador Osmar Dias é alguém que poderia ajudar a fazer com que se crie uma espécie de órgão; para chamar esse pessoal das associações de produtores nacionais, não só da suinocultura, da avicultura, de fruticultura. “Olha, aqui vamos incentivar e aqui não”. Para poder ter um pouco de controle da produção. O Brasil tem que aumentar, claro – vamos lá, graças a Deus –, até em grãos.

Eu sei que uma época a gente sonhava. Quando eu estive no Governo, havia Paulo Macarini como secretário de planejamento. Ele dizia: “Se nós um dia chegarmos no Brasil a produzir uma tonelada de grãos por habitante, de alimentos, que país vai ser. Que beleza!” E veja bem, o Brasil está chegando aí praticamente aos 200 milhões de toneladas de produção de grãos.

Então, são coisas que eu acho que valem a pena. E nada melhor do que o saudoso Osmar Dias, como Vice-Presidente do Banco do Brasil, ajudar a arquitetar isso, a articular, pela credibilidade que desfruta, e ajudar a encontrar soluções.

São as pequenas considerações que eu gostaria de deixar neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Agradeço ao Senador Casildo Maldaner.

Mas, para economia de tempo, Osmar, eu só vou fazer uma observação. Em primeiro lugar, quero agradecer a V. Ex^a a sua presença e a bela informação que trouxe para nós, abrindo exatamente canais para que a gente possa, em contato direto com os nossos Estados, fazer ver aos pequenos e médios produtores da agricultura familiar que o Banco do Brasil realmente tem recursos disponíveis para aplicar na agricultura.

O senhor tratou de um assunto, no primeiro momento da sua palestra, de que na verdade nós carecemos, principalmente os Estados localizados no Nordeste. Trata-se de um programa de irrigação que não se restringe apenas aos perímetros já irrigados. Que nós possamos abrir muito mais as fronteiras com relação a isso. Isto é importante.

Recentemente, fizemos uma viagem a Israel, para observarmos o sistema de irrigação e criação de peixes. Um Estado que não tem água e não tem terra tem uma agricultura extraordinária. Com uma população de aproximadamente sete milhões de pessoas, produz no deserto agricultura para abastecer o mercado interno e ter uma cota de exportação da ordem de US\$3 bilhões a US\$4 bilhões.

A tecnologia de criação de peixe é inigualável. O que mais me surpreendeu, Osmar, foi observarmos um criatório de peixes em rede a 17km mar adentro, em alto-mar. Não acreditava naquilo, cheguei lá e fiquei assustado. Eles produzem lá, a uns 70m de profundidade, abaixo da superfície da água, em rede, aproximadamente 300 mil toneladas de peixe/ano. Nós temos o maior volume de



água doce do mundo, terra, sol, água e produzimos 600 mil toneladas de peixe; Israel produz entre 3 e 4 milhões de toneladas.

Gostaria de saber, do amigo, que falou em agricultura, Pronaf, agricultura para o pequeno, para o médio e para o grande, qual é a linha de crédito que tem o Banco do Brasil, na sua área, para incentivarmos a aquicultura no País, para que possamos ter um maior volume de pescado e, ao mesmo tempo, oferecer à população interna, população local, e exportarmos. Ao invés de importarmos, exportarmos o peixe, porque temos capacidade para isso.

Então, queria saber do amigo qual a linha de crédito existente, na sua área, no Banco do Brasil, para financiar médios, pequenos e grandes projetos de aquicultura para os produtores, agricultores que poderão fazer uma agricultura conciliada – peixe e produção agrícola – principalmente na área de hortaliças.

Com isso, inclusive pedirei apoio, futuramente, à Comissão para analisarmos um projeto, que espero não passe dez anos como de hábito aqui na Casa, projeto para atender exatamente a esse segmento produtivo do País.

Essas são as minhas informações.

Gostaria de agradecer e dizer aquilo que todos os colegas disseram: é importante que se coloque nos cargos que ajudam o desenvolvimento do País ou de determinado segmento, com especialidade desde o agronegócio, exatamente quem tem “segurado a barra”, a coisa, a balança comercial. E recentemente tivemos isso quando o nosso PIB, no último trimestre, foi de 0,9% ou 0,6% e exatamente o agronegócio teve um rendimento da ordem de 17%.

Então, quero cumprimentá-lo pelo trabalho que desenvolve e agradecer, em nome da Comissão, a sua presença. Em outras oportunidades, como disse o Moka, nós talvez não o chamemos mais. Se for necessário, chamaremos à Comissão; do contrário, iremos lá. Então, queria saber em relação a esse aspecto.

Dois, o meu Estado tem uma região, Agreste, que tem a maior área de terras contínuas que produzia fumo, produção de fumo. Com as campanhas contra o tabaco, isso diminuiu consideravelmente, mas ainda existe um sem número de pequenos agricultores familiares que vivem em decorrência dessa atividade agrícola.

Gostaria de saber o seguinte: um cooperativa lá do Estado fora ao Banco do Brasil para contato com o superintendente da agência do meu Estado, Alagoas, para ver a possibilidade de financiamento dessa atividade agrícola. Esse Município se transformou numa atividade agrícola mais generalizada com a agricultura de subsistência, mas ainda temos um sem número de pequenos produtores que vivem da atividade do fumo.

Então, quero saber se há a possibilidade também no Banco do Brasil de financiar esses pequenos, que têm dois, três, quatro hectares, que querem e desejam continuar plantando fumo.



No resto, meu querido amigo e grande Senador, tenho um agradecimento a lhe fazer, para encerrar a minha interlocação: quando eu era Deputado e V. Ex^a o Senador, V. Ex^a foi o Relator de um projeto que passou aqui quatro anos tramitando no Senado Federal, que criava os produtos genéricos para a agropecuária brasileira. O projeto, entre Câmara e Senado demorou mais de nove anos, Casildo e Figueiró. Foram mais de nove anos e, lamentavelmente, ainda continua sem existir, apesar de ter sido sancionada a lei. Foi transformada em lei em julho do ano próximo passado, e até hoje o Ministério da Agricultura não se dispôs a regulamentá-la para começar a produzir medicamentos genéricos para produtos veterinários.

Então, eu queria lhe agradecer, porque o senhor foi o Relator e, através do seu relatório, o projeto teve sequência no Senado e, consequentemente, a sua aprovação.

Muito obrigado.

A palavra está com V. Ex^a.

O SR. OSMAR DIAS – Obrigado, Presidente.

Até vou começar pelo meu amigo Senador Casildo Maldaner. Passei lá em Maravilha, na sua cidade. A sua cidade é Maravilha, não é?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Maravilha, Modelo.

O SR. OSMAR DIAS – Sim. Até tomei um vinho de colônia lá na sua cidade. Estava frio. Região bonita, de produtores – de suinocultura, avicultura, cooperativas fortes. Nós temos várias cooperativas lá; todas, praticamente, clientes do banco. Temos tido uma relação de negócios importante com o oeste de Santa Catarina e com o Estado de Santa Catarina.

Começo pela questão do ABC e respondo a sua pergunta e a do Moka, já para agilizar: quando o ABC foi lançado, ele tinha um objetivo, porque o Brasil assinou, em Copenhague, um tratado de redução de gases tóxicos num percentual de 37.1% – até nunca ninguém me explicou por que eram 37.1%; eu não entendia bem esse “1” –, mas foi assinado esse protocolo. E, para isso, o Brasil tinha que cumprir determinadas tarefas: tinha que incorporar ao sistema produtivo pastagens degradadas, porque elas, evidentemente, não estão sequestrando o carbono; tinha que fazer o plantio direto na palha numa área maior do que vinha fazendo; tinha que fazer o plantio de florestas.

A Embrapa tinha uma tecnologia que se chamava Integração Lavoura-Pecuária-Floresta, que foi reunida no Programa ABC (Agricultura de Baixo Carbono), lançado no Plano Safra de 2010.

Quando cheguei, em abril de 2011, ao Banco do Brasil, não havia nenhum projeto financiado. O Programa ABC havia sido lançado, há um ano, e não existia o Programa ABC, porque não havia sequer a regulamentação de quais itens poderiam ser financiados; ou seja, para qual destino iria o dinheiro desse ABC; o que era o ABC. Nós reunimos a nossa equipe no Banco do Brasil, fizemos



até um papel que não era nosso, junto com a Embrapa e outros órgãos, e definimos o que seria financiado.

O primeiro contrato que o Banco do Brasil assinou foi com a Fazenda Santa Brígida, em Ipameri, Goiás, de propriedade de uma senhora. E a Embrapa tem o programa instalado nessa propriedade. Nós assinamos esse contrato, até como uma simbologia, porque a Embrapa estava lá dentro. Depois, na sequência, assinamos o contrato com o ex-Ministro Alysson Paulinelli. Foram dois contratos em julho de 2011.

De julho de 2011, portanto, quando começamos, até hoje, nós já desembolsamos, no programa ABC, R\$3,635 bilhões. É muito? Não. É pouco pela importância do programa. Mas por que não andou mais rápido? Nós nos deparamos com vários problemas: não havia técnicos treinados; não havia conhecimento por parte do produtor da existência do programa; precisava divulgar melhor o programa; precisava incorporar cooperativas, entidades de classes que representam a agricultura; treinar os técnicos.

Nós treinamos os técnicos do banco e fizemos deles os multiplicadores dessa tecnologia para técnicos de cooperativas, incorporamos a Embrapa, o IAPAR, os institutos de pesquisas de todos os Estados. Então, o programa começou a pegar corpo, a ficar mais robusto.

Bom, para esta safra agora, que vamos começar no dia 1º de julho, porque todos sabem que o Plano Safra é de 1º de julho até 30 de junho, nós vamos colocar R\$4,5 bilhões. Eu já disse que o Banco do Brasil tem 91% de todo o dinheiro aplicado no ABC. Por que o Banco do Brasil tem esse percentual alto? Porque o Banco do Brasil assumiu o programa como um programa de governo, mas não só de governo: da sociedade brasileira, como diz o Senador Casildo.

Ele é importante porque preserva os recursos naturais; multiplica, em algumas propriedades, por três a produtividade de carne; multiplica, em algumas áreas, por três a produtividade de milho. Ele, então, é para aumentar a eficiência e a renda do produtor e, ao mesmo tempo, preservar o meio ambiente.

Explicando rapidinho, é o seguinte. Você divide a propriedade em quatro partes: uma fica com pasto permanente, nas outras três, você faz uma rotação de culturas, ora plantando soja, ora plantando milho, ora formando pasto. Esse rodízio vai sendo feito, e essa propriedade vai produzindo carne e grãos ao mesmo tempo, e nela também vai haver o plantio de florestas em linhas na pastagem permanente. Fica uma propriedade mais bonita, mais produtiva, mais eficiente e mais bem administrada. Ganha a sociedade inteira com isso.

Então, nós vamos acelerar esse ABC, e a nossa intenção, evidentemente, é desembolsar os R\$4,5 bilhões este ano para poder ajudar o País a ter uma agricultura mais moderna e cumprir aquela meta de Copenhague.

Em relação ao FCO... Em relação à sua sugestão, Senador Casildo, do financiamento para os suinocultores aumentarem as suas matrizes, o banco está aberto para conversar, o produtor tendo capacidade, garantias... Porque é



banco, não é? V. Ex^a foi diretor do BRDE, vice-presidente do BRDE, e sabe que o banco exige garantias. Com as garantias que são...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com sua permissão, Senador.

O SR. OSMAR DIAS – Pois não.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – O que mais me preocupa é termos – a Associação Nacional dos Produtores, não só da suinocultura e da avicultura – o controle da produção para evitar que, se não houver demanda maior, aventureiros peguem recursos oficiais, com subsídios muitas vezes, e usem esses recursos – aí, os pequenos produtores, quando vem uma crise, são os que mais sofrem. Deve-se evitar colocar o dinheiro à disposição de qualquer um, ainda que ofereça garantias. Para os que não estão no ramo, primeiro, é preciso haver uma espécie de órgão ou agência que veja se é possível ou não financiar, independentemente de garantias. O Brasil precisa aumentar a produção desse setor ou daquele setor? Esse controle de produção seria interessante para o Brasil; ajudaria a organizar a produção.

O SR. OSMAR DIAS – Está certo. Eu levo como sugestão, Senador. Nessa equipe vai considerar a sua sugestão.

Disse o Senador Figueiró que eu não rodeio o toco... Pior do que rodear toco é sentar em cima do toco. Ou melhor, quem sobe no toco e fica em cima do muro...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Hoje o Supremo legalizou...

O SR. OSMAR DIAS – Não, estou querendo dizer outra coisa. Refiro-me a quem sobe em cima do toco e fica em cima do muro. Tem gente... É no muro que se fala, não é no toco, não é?

Mas eu queria responder ao meu amigo Moka.

Primeiro, agradeço pelas palavras que ele, sempre generoso, dirigiu a mim. Eu tenho o mesmo pensamento em relação a ele, que é uma liderança do setor, as pessoas respeitam e ouvem o Moka. Senti bastante quando ele foi cotado para ser Ministro da Agricultura e não foi nomeado. Foi uma pena, acho que ele teria sido um grande ministro naquela época.

Em relação ao FCO, eu quero ser bem sincero. Eu respeito as pessoas que têm bandeiras políticas e fazem de suas bandeiras políticas a meta de seus mandatos. Mas há bandeiras políticas que são só bandeiras políticas; não são boas para a sociedade, não fazem bem para a sociedade. São boas para com elas obter votos e se eleger. Eu não faço isso.

Então, o que eu quero dizer é o seguinte. Essa história de criar um banco no Centro-Oeste é uma bela bandeira política para quem a carrega, mas que bem vai fazer para a sociedade do Centro-Oeste? Não estão faltando bancos; está faltando dinheiro. Tanto é eficiente o Banco do Brasil em liberar, que está



faltando dinheiro. Não é problema do Banco do Brasil a falta de recursos para o FCO. Faltam recursos. Então, vamos resolver o problema dos recursos? Vamos.

Qual foi a proposta que eu fiz e que a Presidente aceitou e colocou em prática? Nós não podíamos financiar o Pronamp, o médio produtor no Centro-Oeste, por conta do FCO. Foi liberado: nós vamos financiar o Pronamp. Então, nós vamos carrear outros recursos para resolver o problema do FCO, assim como o Banco do Nordeste tem que resolver o problema do FNE, da sua região.

Então, nós estamos resolvendo de uma forma criativa. Pronamp? Vamos colocar o Pronamp. Há o PSI, que substitui boa parte dos recursos do FCO – seus recursos podem ser utilizados com juros de 3,5%. Não há diferença praticamente: com o FCO, estava 3%; vai ficar em 3,5%. Então, por que não usar os recursos do PSI para comprar máquinas, equipamentos, caminhões etc.?

O Blairo falou aqui que estava fazendo um armazém por outro programa. Deve ser o PSI. O PSI só financia equipamento; obra civil não. Esse programa de armazenagem é chave na mão – construção civil e equipamentos.

Então, vejam que nós estamos, com criatividade, melhorando as linhas de crédito que estão sendo disponibilizadas. O FCO não vai ser resolvido com a criação de um banco. Aliás, muitos bancos fecharam porque foram mal utilizados politicamente. Se fosse assim, seria fácil: com a criação de um banco, todos os problemas seriam resolvidos. Não é assim. Não estão faltando bancos.

O Banco do Brasil executa 63% do crédito rural e dá conta de todas as missões que lhe são delegadas. Até microcrédito produtivo orientado, que ele não fazia, nós estamos fazendo. Estamos com quase 900 mil clientes de microcrédito produtivo e orientado – não era a praia do Banco do Brasil, mas me foi dada essa delegação da micro e pequena empresa, e nós estamos fazendo. O Banco do Brasil tem uma eficiência que... Quando eu chego ao Banco do Brasil e determino alguma coisa, é preciso ter muito cuidado, porque a força da rede do Banco do Brasil é tão grande e intensa que tem de ser uma coisa muito certa – você não pode errar na dose.

E aqui, no FCO, temos que resolver assim: eu recebo na hora em que a Comissão quiser me visitar no Banco, discutimos o assunto, eu venho para cá discutir o assunto na hora que quiserem, mas eu tenho uma posição muito clara. É como disse o Senador Figueiró: sem rodear o toco. Não se trata de criar um banco. Acho que criar um banco só vai gerar mais um problema, mais um custo, mais uma despesa que nós podemos evitar com a eficiência do Banco do Brasil atuando no FCO. Eu considero, então, respondida essa questão do FCO.

Senador Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Sr. Senador Osmar Dias, V. Exª abordou, com a franqueza que lhe é peculiar, essa questão do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

Permita-me rapidamente, Sr. Presidente, fazer um retrospecto aqui.



O FCO, para orgulho meu, foi uma iniciativa que tomei na Assembleia Nacional Constituinte. À época, existiam dois fundos: um fundo para o Nordeste e um para o Norte. Eu tive oportunidade de apresentar uma emenda no sentido de acrescentar ao Centro-Oeste 1% – eram 3%. Naquela ocasião, houve muita disputa evidentemente, mas se conseguiu a aprovação da minha emenda, que está consignada em nossa Carta Magna. E, na ocasião, o Deputado Constituinte Rodrigues Palma, da representação de Mato Grosso, apresentou também uma emenda, nas Disposições Transitórias, criando o Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste. Àquela época, isso me parecia extremamente necessário para dar execução aos recursos do fundo.

Passaram-se quase 25 anos – a nossa Constituição completará agora 25 anos. Àquela época parecia ser necessário, mas hoje eu concordo com V. Ex^a: com a estrutura que o Banco do Brasil possui, são atendidas as nossas exigências. O que falta, evidentemente, é o aporte de mais recursos para atender a demanda. Mas eu concordo, repetindo o que afirmei aqui hoje com muito orgulho: V. Ex^a não rodeia o toco; fala o que deve ser falado e precisa ser por nós ouvido.

Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. OSMAR DIAS – Obrigado, Senador Figueiró.

O Senador Suplicy teve de sair para uma votação, mas responderei sua indagação – com certeza, que vai ver as notas depois.

Os perímetros irrigados. Um exemplo é Petrolina-Juazeiro, é um perímetro irrigado; outro é o Projeto Formoso, em Formoso do Araguaia. Há outros perímetros irrigados que recebem recursos públicos para fazer infraestrutura, os grandes canais; colocar a casa de máquina, as bombas, fazer o nivelamento do solo. Esses investimentos que foram anunciados para os perímetros irrigados, na ordem de R\$10 bilhões, eu fiquei olhando aquilo e disse: “Olha, os perímetros irrigados já estão praticamente estruturados.” Se esse recurso fosse aplicado para colocar um programa de irrigação nacional para financiar, por exemplo, no Centro-Oeste, que é muito adaptado à irrigação com pivôs; no Rio Grande do Sul, há as várzeas, como também aqui o Centro-Oeste tem as suas várzeas; no Tocantins há várzeas... Financiar os modelos de irrigação adaptáveis a cada... O Nordeste precisa muito.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Agora mesmo, Presidente, no Semiárido de Alagoas, há 65km com água no canal do Sertão, e a água ainda não está tendo utilidade.

O SR. OSMAR DIAS – Então, Senador Benedito, eu acho que o Nordeste seria a região prioritária dentro de um programa de irrigação nacional, em que nós pudéssemos subsidiar, mesmo, os produtores, para que eles possam comprar, possam adquirir um sistema de irrigação e colocar na sua propriedade. Sem isso, não adianta a gente montar um programa de agricultura para uma região onde o problema é a água.



V. Ex^a falou de Israel. Eu estive em Israel em 1986 e lá vi o seguinte: um país de 250km de comprimento por 150km de largura, que fez um canal por baixo do solo para evitar a evapotranspiração. Evidentemente, por causa do calor e da insolação que há, perderia muita água. Essa água vem por um canal subterrâneo. E os canais secundários levam para todos os *kibutzim* e *moshavim*. Enfim, essa organização lá da agricultura de Israel; aqui nós temos as cooperativas, lá eles têm esse tipo de organização. E eu fiquei por lá uns 20 dias vendo como funcionava.

Bom, até há uma história muito interessante que V. Ex^a deve ter ouvido sobre de onde veio o dinheiro para construir todo esse sistema de irrigação. Evidentemente, é um assunto bastante terrível, mas esta é a história: 6 milhões de judeus foram mortos na Segunda Guerra Mundial, e Israel recebeu uma indenização de US\$1.000,00 por cada uma dessas pessoas; foram US\$6 bilhões. E eles disseram que iriam aplicar esse dinheiro para salvar vidas, porque muita gente morreu em função da Segunda Guerra.

E eles aplicaram esse dinheiro para construir esse sistema de irrigação que é a explicação para aquilo que V. Ex^a viu. Um solo pobre, onde praticamente não há nutrientes. A condição química do solo é muito ruim – os piores solos que a gente tem no Brasil não chegam perto daquilo que eles têm lá – e eles conseguiram melhorá-lo colocando a fertirrigação. Ou seja, colocam-se os elementos químicos necessários para a planta se desenvolver na água que vai irrigar essas plantações.

Então, investiram e estão hoje, como V. Ex^a disse, alimentando a população e exportando. Isso se chama tecnologia; isso se chama investimento público; isso se chama prioridade. Acho que a prioridade no Brasil, hoje, para a agricultura se modernizar, é, sem dúvida, o ABC e a irrigação.

Sobre a sua questão levantada em relação à fumicultura, o fumo, é claro que a sociedade hoje tem muitas restrições à questão do fumo, e isso precisa ser levado em conta.

O banco toma muito cuidado também, por exemplo, quando falam assim “bioma Amazônia”... Só para se ter ideia, do total de recursos que nós temos aplicados no Brasil, 3,5% só estão no bioma Amazônia, lá em cima. Por que isso? É o cuidado que se tem de não se aplicar onde não podemos, evidentemente, ter culturas instaladas que possam causar danos ao meio ambiente.

Mas, no caso do fumo, é possível a gente financiar esses produtores de que V. Ex^a falou através do Pronaf e através de um programa que há no banco chamado DRS (Desenvolvimento Regional Sustentável). Esse programa também pode financiar com condições semelhantes ao Pronaf e até melhores que o Pronaf.



Então, V. Ex^a pode me encaminhar uma correspondência com os produtores interessados que eu vou tomar as providências para que a solicitação seja atendida.

Piscicultura: em todas as linhas de crédito e de investimentos nossos nós podemos financiar a piscicultura. Por exemplo, no ABC: quer fazer a produção de grãos, pecuária, floresta, e quer produzir peixe. Nós financiamos pelo ABC. No Pronaf Investimento, nós financiamos a piscicultura com as mesmas condições de prazo e juros em que nós fazemos os investimentos para avicultura, para suinocultura, para todas as atividades. Então, basta o produtor procurar qualquer agência do Banco do Brasil que ele vai ter uma orientação de como proceder para ter acesso aos recursos para piscicultura.

Também, para encerrar e para me colocar à disposição da Comissão sempre que for necessária a minha vinda aqui, porque é sempre um prazer voltar aqui, gostaria, Presidente Benedito de Lira, de agradecer não só aos Senadores, mas a V. Ex^a também pelas palavras que proferiu.

O projeto de V. Ex^a é muito importante para a agricultura brasileira – aquele que autoriza a fabricação de genéricos. Eu não consigo entender: se, para o ser humano, os laboratórios podem fabricar genéricos, para os animais não podem?

Ou será que há um *lobby* muito grande que não permite a ampliação dessa possibilidade para outros laboratórios fabricarem os genéricos? Eu só posso creditar essa questão ao *lobby*.

Agora, as ruas estão falando, e eu acho que o Congresso brasileiro tem que começar a reagir. Daqui a pouco vai haver faixa, vai haver cartaz aí perguntando por que o agricultor não pode usar genérico na agricultura se o ser humano pode usar genérico para a sua saúde. É um paradoxo que não tem cabimento, e V. Ex^a tem razão em reclamar.

Há um projeto que foi aprovado aqui recentemente – no Dia da Mulher, inclusive, foi feita uma manifestação em cima dele –, que é um projeto de minha autoria. Eu apresentei em 1999 esse projeto; ele começou comigo e foi lá para a Câmara com o seu colega na época lá, o Darcísio Perondi, que deu uma arrumada no projeto e o melhorou. Esse projeto virou lei, e eu tenho muito orgulho de dizer que só ele já valeu os 16 anos que eu fiquei no Senado. Mas ele levou 14 anos para ser aprovado; 14 anos para aprovar um projeto que obriga o SUS a atender uma mulher, por exemplo, portadora de câncer de mama, em 60 dias. Esse é o projeto: portadores de câncer terão prioridade no atendimento do SUS; há prazo de 60 dias para o SUS atender e fornecer medicamentos quando ele justificar que não pode comprar os medicamentos.

Quantas pessoas morreram nesses 14 anos? Mas essa lei evitaria muitas mortes? Claro que evitaria. Por isso é que eu digo que isso valeu os meus 16 anos aqui. Eu levei 14 anos para ver a minha lei aprovada, só que eu não estava mais no Senado, e as pessoas não sabem nem de quem é. Mas não há



importância que não saibam de quem é; a gente quer mesmo é que uma lei dessas seja aprovada e que salve vidas.

O projeto de V. Ex^a poderia trazer uma redução de custos para a agricultura brasileira muito grande. E eu faço um apelo aqui até como agricultor: que os Senadores abracem esta causa do Benedito de Lira, porque parece singelo – a fabricação de genéricos para produtos agropecuários –, mas não é não. É de extrema importância. A gente vai quebrar esse oligopólio que existe de laboratórios que hoje fabricam para a agricultura, o que só pode acontecer através de uma lei dessas.

Ademais, Senador Benedito de Lira, eu vou repetir que estou à disposição; agradecendo muito a gentileza; Senador Figueiró, muito obrigado; Senador Casildo Maldaner, todos os Senadores que estiveram por aqui, colocando-me à disposição desta Comissão e de todo o Senado.

Obrigado.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE. (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Concedo a palavra ao Senador Casildo.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Só para um desengargo de consciência. Ao lado de agradecer pela ideia de convidar o nosso Vice-Presidente do Banco do Brasil, Osmar Dias, eu quero me manifestar, só por desengargo de consciência. Hoje se falou muito no Fundo de Participação, Fundo Constitucional, que tem o FNE, o FNO, tem o FCO – do Nordeste, o do Norte e do Centro-Oeste. O fundo que em 1988 foi criado pela Constituinte são os 3% que saem do Imposto de Renda e do IPI para constituir esse Fundo Constitucional no Brasil – os 3%.

É claro que o Vice-Presidente do Banco do Brasil não pode estar lutando – está na missão dele –, mas uma das razões de esse fundo ter carência, de estar faltando recursos, é porque, em toda desoneração que o Governo Federal tem feito em setores da atividade nacional, quando se desonera o IPI desse setor ou daquele, quer queira ou quer não, cai a arrecadação não só para os Estados e para os Municípios, mas cai também para o Fundo Constitucional. Então, em toda desoneração do Brasil que é feita, caem não só o FPM e o FPE, para os Estados e para os Municípios, mas cai também para o Fundo Constitucional. Essa é uma das razões pelas quais o fundo tem caído, e aí faltam recursos para que o Banco do Brasil possa atender programas extraordinários. Essa é uma causa.

A outra causa quero apenas reforçar: o controle de produção de alguns setores da economia brasileira. O nosso Banco do Brasil, ao financiar, convém ouvir setores organizados para ver se dá para financiar ou não, para não atender aventureiros, que muitas vezes pegam esse dinheiro, e há carências...

Então, dois recursos: o fundo cai nas desonerações, e às vezes setores da sociedade brasileira que não são do ramo buscam os recursos, e a



demanda vem depois, e vêm problemas, causando prejuízos aos que mais precisam.

No mais, eu quero aqui deixar os cumprimentos. Sem dúvida alguma, uma reunião dessas tem sido muito produtiva.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Para encerrar, eu gostaria de cumprimentar, mais uma vez, o nosso Senador e Vice-Presidente do Banco do Brasil, pela extraordinária contribuição que V. Exª trouxe, com as informações para a Comissão de Agricultura.

Eu tenho certeza absoluta de que nós vamos nos utilizar dessas informações para atendermos o segmento produtivo do nosso País, principalmente a região mais carente do País, que é o Nordeste.

Muito obrigado, Vice-Presidente Osmar Dias.

Conte com esta Comissão não para assessorá-lo, mas como um apêndice do seu trabalho na Vice-Presidência do Agronegócio no Banco do Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

(Iniciada às 08 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 51 minutos.)